

# Giralda Seyferth muito além da imigração

Miriam Santos de Oliveira e Patrícia Reinheimer

Organizadoras

**ABA** PUBLICAÇÕES

**OKOS**  
EDITORA

Giralda Seyfert:  
Muito além da Migração



### Conselho Editorial

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)  
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)  
Danilo Streck (Unisinos)  
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ  
e GPEAD/FURB)  
Eunice S. Nodari (UFSC)  
Haroldo Reimer (UEG)  
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)  
João Biehl (Princeton University)  
Luís H. Dreher (UFJF)  
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)  
Marluza M. Harres (Unisinos)  
Martin N. Dreher (IHSL)  
Oneide Bobsin (Faculdades EST)  
Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)  
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)  
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.  
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau  
93120-020 São Leopoldo/RS  
Tel.: (51) 3568.2848  
contato@oikoseditora.com.br  
www.oikoseditora.com.br



### Diretoria da ABA – Gestão 2019/2020

Presidente: Maria Filomena Gregori (UNICAMP)  
Vice-Presidente: Sérgio Luís Carrara (UERJ)  
Secretária Geral: Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)  
Secretário Adjunto: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (UnB)  
Tesoureiro: João Miguel Manzolillo Sautchuk (UnB)  
Tesoureira Adjunta: Izabela Maria Tamaso (UFG)  
Diretora: Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN)  
Diretora: Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)  
Diretora: Patrice Schuch (UFRGS)  
Diretora: Patricia Silva Osorio (UFMT)

### Comissão de Projeto Editorial

Coordenador: Laura Moutinho (USP)  
Vice Coordenador: Igor José de Renó Machado (UFSCar)  
Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)

### Conselho Científico:

Eunice Ribeiro Durham (USP)  
Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicago)  
Antônio Augusto Arantes (UNICAMP)  
Roque de Barros Laraia (UnB)  
João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)  
Ruben George Oliven (UFRGS)  
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)  
Miriam Pillar Grossi (UFSC)  
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)  
Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)  
Bela Feldman-Bianco (Unicamp)  
Carmen Sílvia Rial (UFSC)  
Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)  
Lia Zanotta Machado (UnB)  
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)  
Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)  
Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ)  
Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)  
Patricia Birman (UERJ)  
Denise Fagundes Jardim (UFRGS)  
Camilo Albuquerque de Braz (UFG)  
Raymundo Herald Maués (UFPA)  
Silvana de Souza Nascimento (USP)

# Giralda Seyfert: Muito além da Migração

ORGS. MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS E PATRÍCIA REINHEIMER

E-Book

**ABA** PUBLICAÇÕES



São Leopoldo  
2019

© Dos autores – 2019

Editoração: Oikos

Capa: Patricia Reinheimer

Revisão: Carlos A. Dreher

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Giralda Seyferth : muito além da imigração [livro eletrônico] /  
Giralda Seyferth ; organização de Mirian de Oliveira Santos e Patrícia  
Reinheimer. -- Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia;  
Oikos, 2019

112 p., il., color.

Bibliografia

ISBN 978-85-7843-895-1

1. Seyferth, Giralda, 1943-2017 2. Historiadora - Biografia 2. Emigração  
e imigração 3. Etnoarqueologia 4. Minorias I. Santos, Mirian de Oliveira  
II. Reinheimer, Patrícia

19-1630

CDD 325.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Imigração - Artigos

# Sumário

- 7 ***Giralda Seyferth***, registros de uma trajetória  
Apresentação  
***Antonio Carlos de Souza Lima***
- 13 Introdução
- 15 Antropóloga e historiadora: Giralda Seyferth e os estudos migratórios  
***Regina Weber***
- 33 Antropologia e história: uma interface entre múltiplas nações e identidades  
***Joana Bahia***
- 54 Empiricismo Idealista e Construções de Povos: Giralda Seyferth como Intelectual  
***Thaddeus G. Blanchette***
- 64 Muito além da Imigração: Campesinato e Etnicidade na obra de Giralda Seyferth  
***Miriam Santos***
- 73 “O colono compra a ferradura pagando com o cavalo” – A liberdade como valor e representação e a autoexploração como prática: uma leitura da obra de Giralda Seyferth sobre os campesinatos do sul do Brasil  
***Maria Catarina C. Zanini***
- 90 Imagens de uma trajetória intelectual  
***Patricia Reinheimer***
- 94 Giralda Seyferth – 1943 a 2017: Nota Biográfica
- 96 Giralda Seyferth – 1943 a 2017: Bibliografia
- 107 Sobre as autoras e o autor



## *Giralda Seyferth*, registros de uma trajetória



### Apresentação

*Antonio Carlos de Souza Lima*

A bela e justa homenagem prestada por amigos e ex-orientandos de Giralda Seyferth com o presente livro transmite ao público informações e leituras importantíssimas sobre uma trajetória intelectual de primeira grandeza, brilho próprio e contribuições singulares para os estudos de diversos temas caros não apenas à pesquisa antropológica e histórica no Brasil, mas também à sociologia e ao campo interdisciplinar de estudos do pensamento social no Brasil. Giralda partiu e deixou-nos uma obra incontornável, como bem sinalizado na nota biográfica no final deste volume em alguns dos temas “[...] sobre a formação do Estado Nacional, minorias e etnicidade até questões sobre campesinato, relações de poder, preconceito e racismo”.

Pesquisadora exemplar, e intelectual de formação ampla e densa, tanto quanto de atuação discreta, reservada e independente, Giralda Seyferth trabalhou pesquisou e escreveu de modo incessante, deixando um legado analítico de rara qualidade. Nele, as fronteiras entre a pesquisa antropológica

e a historiográfica se diluem, trazendo-nos configurações passadas sem as quais o entendimento do presente, pela via da etnografia, vê-se comprometido. Assim, para estudar o campesinato étnico de origem alemã, mostra-nos que é preciso conhecer não apenas o contexto brasileiro da chegada destes imigrantes, mas também a Alemanha de onde saíram e as formas sociais camponesas deste contexto de origem. E, para entender os dois mundos, era preciso ir muito além de balizas restritas ao estudo dos campesinatos, da etnicidade, dos nacionalismos e das políticas de Estado assentadas sobre noções cientificamente fundadas de raça nos termos do final do século XIX e início do século XX. Seyferth nos mostrou que era preciso ultrapassar o projeto de um povo que se queria inscrever no futuro, cujas repercussões a longo prazo – seus estudos sobre os preconceitos, por exemplo – estão muito longe de terem sido integralmente ultrapassados.

Tais movimentos analíticos se sustentam à medida em que se debruçam também sobre o domínio da história das disciplinas antropológicas. Para isso, Giralda contou com uma experiência peculiar. Desde sua formação em Santa Catarina, onde trabalhou com arqueologia e antropologia biológica, ao Rio de Janeiro e ao Museu Nacional, onde se tornou professora na categoria Auxiliar de Ensino (primeiramente também na Universidade do Estado do Rio de Janeiro) de início do Setor de Antropologia Biológica, para depois passar ao Setor de Antropologia Social e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), onde cursou o mestrado sob a orientação do Professor Luiz de Castro Farias. Ela adquiriu e manteve um raro conhecimento dos chamados “4 campos” pela experiência de pesquisa e não só por uma formação básica. Esta formação permitiu-lhe um entendimento privilegiado sobre alguns dos temas acerca dos quais trabalhou, já a partir da antropologia social.

No PPGAS, além dos cursos sobre sociedades camponesas, relações interétnicas e nacionalismos, Giralda foi, ao longo dos anos de sua atuação, talvez a docente que, com maior frequência, ministrou os cursos de teoria antropológica – sendo eles (no tempo em que isso era possível) viesados por uma variação temática em que sobressaíam a relação entre antropologia

e história, os estudos sobre organização social e parentesco, os estudos sobre comunidades, mas tudo sempre a partir de uma perspectiva da história da antropologia<sup>1</sup>. Fora o PPGAS, Giralda ministrou cursos de teorias antropológicas no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq).

Tive a oportunidade de participar – e considero tê-lo feito na qualidade de seu assistente – tanto de cursos de TA I quanto de TA II para o PPGAS, bem como do curso de Teoria Antropológica para o PPGARq. O curso, destinado à arqueologia embora em muito coincidente com o do PPGAS, estava, no entanto, orientado a estudos de dimensões materiais da cultura que foram sendo deixadas de lado pela antropologia produzida no Brasil, até mesmo por aqueles que estudam povos indígenas – cujo estudo em origem foi também baseado em perspectivas teóricas como as do materialismo cultural e da ecologia cultural. Nestes termos, o domínio amplo, fruto de uma experiência singular dentre as daqueles seus contemporâneos de geração, se fazia presente e efetivamente era capaz de dialogar com os estudos arqueológicos, cujas tendências teóricas mais recentes ela igualmente conhecia. Tendo lido estes autores para cursos de Etnologia com João Pacheco de Oliveira, e para prestar concursos ao Setor de Etnologia do Departamento de Antropologia/MN-UFRJ, pude revisitá-los com Giralda, assim como à literatura marxista que tem igual importância para a arqueologia.

Nestas disciplinas de que participei, vi um método estável de trabalho – fruto de longo investimento na sua preparação e permanente atualização – ao qual ela estava sempre anexando mais informações, colocando os autores em contexto, e assim trabalhando a produção antropológica de um ponto de vista relacional, em diálogo com outras tendências teóricas de época, e

---

<sup>1</sup> Até o início dos anos 1990, os cursos de teoria antropológica não eram cursos em que se supunha que no primeiro seriam ministrados os conteúdos referentes às teorias e métodos da disciplina até os anos 1950 (Teoria Antropológica I), e de lá até o momento atual (Teoria Antropológica II). O curso de Teoria Antropológica I tinha a função de cobrir a trajetória histórica da disciplina, sendo pré-requisito para TA II que poderia ter recortes temáticos variados, estruturando-se sobre um tema ou uma “escola”/tendência teórica. O próprio curso de TA I podia percorrer a história da disciplina de modo mais criativo, com temas que perpassam toda a história da disciplina.

sem que as conquistas de cada vertente fossem apagadas, o que desmontava qualquer vocação para apreender de modo teleológico a história da disciplina. Afinal, com frequência esses cursos (assim como muitos manuais) confluem para as tendências teóricas favoritas de quem os ministra, porém isto nunca acontecia com os cursos ministrados por Giralda. Suas exposições metódicas eram claras, objetivas e bem organizadas, tanto quanto densas. O resultado tampouco era quer simplista, quer definitivo. Como aluno eu assisti, encantado e atento, anotando tudo, um curso que ela e Afrânio Garcia Jr. ministraram juntos em 1986, partindo das obras de Karl Marx, Émile Durkheim e Marcel Mauss, e de Max Weber, situando suas biografias intelectuais, temas-chaves, debatendo seus textos, para depois partir à análise de como estas contribuições intelectuais foram reapropriadas por antropólogos durante o século XX. Aprendi mais sobre a história da Europa em suas aulas que em muitos cursos de história contemporânea na faculdade que cursei. Guardei as detalhadas anotações das aulas por muitos anos, tendo estas sido destruídas juntamente com o acervo da própria Giralda, que fora depositado no Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR), pelo incêndio da instituição que transformou em cinzas os registros da vida profissional de muitos de nós. Aliás, suas preciosas anotações foram destruídas como ela o queria, na verdade.

Assim, à pesquisadora sistemática, generosa, rigorosa, discreta e inovadora, se somava uma docente exemplar, em especial pela densidade de suas sínteses expositivas que precediam os debates dos textos indicados para cada sessão dos cursos, marcadas pela enorme erudição e sóbria forma de expressão (mas nada sisuda ou ultrapassada – muito pelo contrário: seu humor agudo e sua fina ironia não deixavam espaços a imagens reverentes). Mas além dessas facetas, Giralda Seyferth foi também uma profissional de raro perfil por seu inarredável compromisso institucional. Independente, sem estar ligada especialmente a qualquer possível grupo, trabalhou para e pela instituição que abraçou com cuidado e atenção em toda sua vida. Foi chefe de departamento, coordenadora do PPGAS nos anos 1980, integrante de inúmeras comissões e representante de categorias docentes junto à Con-

gregação do Museu Nacional, bem como no âmbito do Conselho de Ensino para Graduados da UFRJ. Como bem lembrou Moacir Palmeira, na homenagem a ela prestada no ano de seu falecimento pelo PPGAS/MN, a presença de Giralda numa comissão interna qualquer era fator de confiança a todos, pois se sabia que o justo e o correto prevaleceria, que sua presença era um fator de equilíbrio.

Mas, se sua dedicação institucional sempre foi tão grande quanto sóbria no âmbito do Museu Nacional – e a instituição a distinguiu com uma homenagem de sua Congregação no ano de 2010, à qual ela compareceu apenas brevemente, pois ministrava as últimas aulas do ano de um curso –, as injustiças impostas pela situação do Museu Nacional na UFRJ não permitiram que ela se tornasse de direito o que era de fato: Professora Titular. As poucas vagas para concursos à categoria de professor titular que foram destinadas ao longo dos anos à instituição Museu Nacional no âmbito da UFRJ (em franco descompasso entre o prestígio do PPGAS e o reconhecimento das reitorias da universidade vis-à-vis às atenções dadas a outras), somaram-se à imposição da aposentadoria compulsória poucos meses antes da mudança operada na carreira universitária pela Lei nº 12.863/2013. Com isto, Giralda e outros docentes de carreira exemplar de nossa instituição se aposentaram como Professores Associados IV, o que os impediu de se verem, apesar de terem todos os signos para tanto, indicados a Professores Eméritos. Ela se aposentou e continuou como professora do corpo docente permanente do PPGAS, mantendo o vínculo chamado de “Colaborador Voluntário”, indo diariamente, salvo algum outro compromisso, ao Museu Nacional.

Suas contribuições institucionais à Antropologia no Brasil foram, no entanto, bem além, tendo ela integrado inúmeras vezes o Conselho Científico da Associação Brasileira de Antropologia, assim como sua Comissão de Relações Étnico-Raciais e seu Comitê Migrações e Deslocamentos, temas nos quais sua autoridade era amplamente reconhecida. Desempenhou ainda a espinhosa função de representante da área de Antropologia e Arqueologia junto à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior nos anos de 1999 a 2001.

Mas tudo isso é dizer muito pouco de Giralda. Leitora ávida (em especial de ficção científica, mas não só), amante da boa música, da boa mesa, numa rara combinação de discrição e forte presença, de opiniões claras e objetivas, sem arrogância ou qualquer prepotência ou autoritarismo, temperadas por um ceticismo tão bem sedimentado quando bem-humorado, combinações que a tornavam pessoa para quem seu trabalho era... seu trabalho, e com tudo que ele podia lhe ser absorvente, denso e questionador, mas ainda assim não lhe era um emblema a ser brandido. Era uma dessas pessoas que sabia de modo intrínseco e claro que somos poeira ao vento, que passamos, que aqui deixamos e daqui nada levamos. E por isto talvez tenha deixado muito, sempre de modo sutil e reservado, em todos os campos.

Ao longo dos momentos finais de sua vida, convivendo com suas irmãs e sobrinha, chegamos à clara constatação de que Giralda era um caso raro de uma pessoa que sua família, seus amigos e colegas definiam da mesma maneira. Não haviam máscaras ou personas. Era quem era. Para mim, é alguém que faz falta no cotidiano da instituição e da vida, a que, a esta altura da minha existência, já dediquei também muito tempo e, que nestes termos, nos inúmeros almoços na cantina, é um espaço muito maior que o de uma unidade universitária. Sua falta para mim está num plano em que os outros significativos, para meu entendimento, nos definem. Foi minha professora, tornei-me dela colega e, creio, amigo. Alguém com quem eu podia conviver, humana, afetivamente coexistir e conversar, e de cujo contato sempre saí sabendo um pouco mais. Com ela morreu um pedaço da significação do “meu” Museu Nacional.

Nos textos de *Giralda Seyferth: muito além da migração* carinhosa e cuidadosamente elaborado por algumas e alguns de suas/seus ex-orientandas/os e amigas/os, a/o leitor/a poderá ver as múltiplas dimensões pelas quais se espalhou o trabalho de uma autora que se afirmou e continua a ser uma referência incontornável no estudo dos fenômenos migratórios. Mas, revendo seu *Curriculum Vitae*, penso que não demora muito será preciso termos um volume, ao menos, com seus textos sobre raça – como o que ela produziu em outros campos –, pois são textos necessários, balizas de campos de investigação. Afinal, discreta, ela por aqui não passou em vão. Deixou-nos muito.

# Introdução

A maior parte dos textos desse livro se originou de homenagens que foram feitas para a professora Giralda Seyferth na ANPOCS de 2017 e no Museu Nacional em abril de 2018. Muitos outros textos poderiam estar aqui, todos os orientandos de Giralda guardam lembranças carinhosas dela e também do seu rigor no trabalho acadêmico, da dedicação ao trabalho e da generosidade intelectual.

Os trabalhos aqui apresentados passeiam pelos diversos temas que compunham a obra de Giralda. Todos os autores foram orientados por Giralda: alguns no mestrado, outros no doutorado ou pós-doutorado. A ordem dos capítulos é também a ordem da entrada de Giralda em nossas vidas, então os orientandos mais antigos vêm primeiro.

O primeiro texto dessa coletânea, escrito por Regina Weber, resgata a formação inicial de Giralda como historiadora e o modo como ela utiliza esse instrumental em sua pesquisa sobre imigrantes alemães. O segundo texto, de autoria de Joana Bahia, apresenta pontos em comum com o anterior ao falar sobre história e imigração, mas também aponta para questões as quais Giralda também se dedicaria com afinco: Nacionalismo e Identidade.

O trabalho de Thaddeus Blanchette sobre a Prof<sup>a</sup> Seyferth (que era como ele sempre se dirigia a ela, mesmo depois de deixar de ser orientando e tornar-se um amigo) faz uma bela homenagem ao trabalho intelectual de Giralda e destaca mais uma vez a importância e o ineditismo de seu trabalho.

Em seu texto, Miriam Santos recorda que o sucesso dos estudos que Giralda realizou sobre Imigração acabaram ofuscando um pouco os bons trabalhos que ela publicou sobre campesinato e etnicidade.

Maria Catarina C. Zanini, compartilha com Giralda os estudos sobre a relação entre campesinato e imigração, e seu texto reflete o impacto e a influência que a obra de Giralda Seyferth teve em sua própria trajetória. No último capítulo dessa coletânea, Patrícia Reinheimer apresenta a coleção de fotos que Giralda produziu como um possível campo de investigação sobre sua própria produção, nunca analisada pela própria autora, mas também sobre a relação da antropologia brasileira com a fotografia.

O texto de Reinheimer foi escrito no início de agosto de 2018. Não se podia então imaginar que, a partir de 2 de setembro do mesmo ano, as fotos apresentadas no livro, e outras poucas, seriam os únicos documentos que restariam do terrível incêndio no Museu Nacional, onde estava depositado o fundo Giralda Seyferth, com todo seu material de pesquisa. Não modificar o texto é uma forma de protesto pelo descaso do poder público em relação aos patrimônios nacionais, em especial ao Museu Nacional que foi também, “casa” da homenageada.

Por fim, cabe acrescentar que mais do que a homenagem nos moveu o desejo de manter a obra de Giralda viva e conhecida. Todos os seus textos foram terminados em vida, ela não deixou nenhum texto inacabado, nenhum apontamento para uma futura obra. Ela não suportava deixar as coisas pendentes.

Contudo restou em nós a sensação de que ela se foi cedo demais, encerrando bruscamente a nossa convivência e a amizade que nasceu com ela. Não nos deu tempo suficiente para desfrutar de sua companhia estimulante e de seus comentários sempre brilhantes e eventualmente sarcásticos. Esse livro é para dizer que sentimos sua falta e para nos consolar mutuamente de uma ausência com a qual temos dificuldade de lidar.



## Antropóloga e historiadora: Giralda Seyferth e os estudos migratórios

*Regina Weber*

### REDES E INFLUÊNCIAS

Início minha abordagem sobre a importância de Giralda Seyferth para o campo dos estudos migratórios, a partir de sua influência em minhas pesquisas antes mesmo de ela ser minha orientadora, fazendo assim um pequeno relato de como se processam redes intelectuais.

No início do meu mestrado, realizado em História na UNICAMP, em meados dos anos 1980, estive em Porto Alegre em busca de fontes de pesquisa e conversei com o professor Odacir Coradini, que eu conhecera em Ijuí, uma cidade



do interior do Rio Grande do Sul que era o lócus de minha pesquisa, e onde nós dois fomos professores na Universidade local, a FIDENE, atual UNIJUÍ. Odacir, naquele momento, estava realizando doutorado no Museu Nacional sob orientação de Moacir Palmeira. Minha pesquisa era sobre o universo fabril de Ijuí, e eu me deparava com a questão étnica, isto é, com o fato de haver clivagens étnicas internas às fábricas, reverberando o que acontecia na cidade como um todo. Coradini então me falou nos trabalhos da Giralda, e eu passei a adquirir alguns textos dela.

Defendi meu mestrado em História em 1989, e meu orientador na Unicamp, Michael Hall, me sugeriu o Museu Nacional como instituição para



continuar minhas pesquisas em nível de doutorado. Michael é bastante conhecido por sua tese *Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*, apresentada em 1969 na Universidade de Columbia, e por atuação no campo da história do trabalho. E foi esta

vinculação a *labor history* que o aproximou da antropologia do trabalho do Museu Nacional, cujo principal elo com os historiadores, na época, era José Sérgio Leite Lopes. Assim, seja pela vertente da etnicidade, seja pelos estudos operários, o Museu Nacional da UFRJ firmou-se como uma alternativa para minha trajetória acadêmica.<sup>1</sup>

Sobre as contribuições de Giralda para o campo dos estudos migratórios, quero apontar alguns textos e destacar o potencial heurístico de algumas de suas interpretações, que puderam orientar a compreensão de outras situações com semelhanças histórico-sociológicas. Início comen-

---

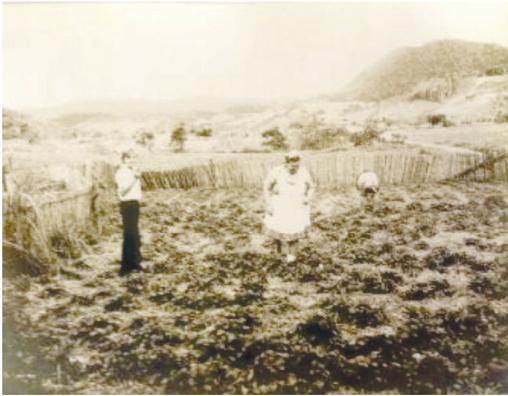
<sup>1</sup> Em 1987 foi lançada a coletânea *Cultura e identidade operária* (LOPES, 1987), obra que reunia vários docentes do Museu Nacional e que se tornou um livro constante em meus estudos.

tando o artigo “A representação do ‘trabalho alemão’ na ideologia étnica teuto-brasileira”, publicado originalmente no Boletim do Museu Nacional, em 1982, e posteriormente reeditado em publicação da Bahia. Giralda já era docente do Museu Nacional nestes anos (desde meados da década de 1970), e este artigo é um desdobramento de sua tese de doutoramento “Nacionalismo e Identidade Étnica”, defendida em 1976 na USP e publicada em 1981. Neste artigo, Giralda argumenta que a ideologia étnica dos descendentes de imigrantes alemães poderia perdurar mesmo após a perda de um dos elementos até então considerado muito importante, pelo senso comum e pela produção acadêmica, como traço étnico distintivo, a linguagem. Em várias situações, o grupo social imigrante perde a língua de origem ao longo das gerações seja porque as novas gerações são alfabetizadas na nova língua e esta é muito diferente da do país de origem, seja porque as ambições de acesso ao mercado de trabalho local fomentam o domínio da língua nacional, seja por eventos cerceadores como os que ocorreram no Brasil nos anos 1940. Entretanto, estes indivíduos sentem-se diferentes e, o que é mais decisivo, querem permanecer como distintos e distinguíveis. E esse é o elemento central do fenômeno étnico entre vários grupos imigrantes.

Retornando ao texto de Giralda, que analisa o encontro entre “caboclos” e “colonos” no Vale do Itajaí em Santa Catarina, amparada em autores como Barth, Glazer e Moynihan, Epstein, Cohen, vemos que ela interpreta os estereótipos revelados por sua pesquisa antropológica como decorrentes do contato interétnico. Os termos que os teuto-brasileiros usam para designar indivíduos da população litorânea de Santa Catarina que vivem da pesca e de uma pequena agricultura, “lusobrasileiros”, “brasileiro”, “caboclo”, “tijucano”, são categorias étnicas, isto é, estão permeados de representações que avaliam a “capacidade de trabalho”, a “eficiência”, a aparência da casa, resultando em comparações que asseguram a superioridade racial e cultural dos descendentes de imigrantes europeus, mais especificamente os alemães. Retorno a este tema adiante.

Análises como esta tiveram muita influência em meus trabalhos e de outros pesquisadores, tendo aberto uma pauta de novos enfoques para

estudos que focam regiões formadas por imigrantes e seus descendentes. Justamente porque um número crescente de estudos sobre imigração passou



a operar com contextos urbanos ou semiurbanizados é que a compreensão da interação entre grupos sociais requer instrumentos analíticos, entre os quais as teorias da etnicidade são muito importantes. Menos que ancestrais e permanentes características étnico-raciais, menos que traços tidos como típicos, o que se deve observar

são as representações mobilizadas ante o encontro com outros grupos sociais; menos a construção de uma habitação tida como típica e mais o modo idealizado de relacionamento com a moradia (a *Wohnkultur*). Estas considerações podem parecer lugar-comum para os engajados em estudos sobre etnicidade. Entretanto, estamos falando da circulação de ideias intelectuais há 30 ou 40 anos atrás, e de sua penetração em âmbitos interdisciplinares.

## IMIGRAÇÃO E O ENFOQUE DA ETNICIDADE

Por ter estudado um núcleo de povoamento por imigrantes em Santa Catarina, e por tê-lo interpretado a partir de suas leituras de autores de outros países, ainda pouco acessíveis em era pré-internet,<sup>2</sup> e também de autores brasileiros como Roberto Cardoso de Oliveira<sup>3</sup>, Giralda Seyferth tornou-se

---

<sup>2</sup> E há também a dificuldade de acesso ao conteúdo de textos em língua estrangeira. O artigo de Fredrick Barth, sobre grupos étnicos, só foi traduzido para o português em 1998.

<sup>3</sup> O livro *Identidade, etnia e estrutura social*, de Roberto Cardoso de Oliveira, publicado em 1976, constitui um referencial imprescindível para quem estuda etnicidade. Os casos focados pelo autor, contudo, privilegiam os grupos indígenas.

um referencial para todos os que estudam imigrantes no sul do país, e, entre estes, uma parcela expressiva de historiadores, que precisavam lidar com uma herança de visões reificadas e apologéticas do processo imigratório do século XIX e das conquistas dos colonos europeus na América.

Destaco outro livro de Giralda, de bastante repercussão: *Imigração e cultura no Brasil* (1990). É um texto de um pouco mais de cem páginas, que busca reunir as contribuições de estudos sobre diferentes grupos imigrantes, o que foi inovador, pois o campo dos estudos mi-



gratórios tende a se concentrar em torno a determinados personagens, como portugueses, alemães, italianos, etc. Ao trazer à cena a existência de “ethos do trabalho” em vários grupos imigrantes, Seyferth aponta esta representação como uma postura etnocêntrica que não é exclusiva dos alemães, em que pese estes terem investido fortemente nesta imagem. O estudo comparativo dos grupos imigrantes é uma chave heurística para se evitar o exclusivismo monográfico, além de permitir distinguir os aspectos que são peculiares daqueles que são mais genéricos, ou, então, distinguir os imigrantes que se instalaram prioritariamente em áreas urbanas daqueles que deram origem a longevas sociedades em áreas coloniais.

Mas, se os diferentes grupos de imigrantes e seus descendentes podem apresentar valores semelhantes, como fica a demarcação entre eles? A resposta nós encontramos em Barth (1998), sempre referenciado por Giralda<sup>4</sup>. Para Barth, a manutenção da fronteira étnica ou, dito de outro modo, a persistência dos grupos étnicos quando em situação de contato social, depende de dois aspectos: 1) da existência de “marcadas diferenças no comportamento,

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Seyferth, 1982, p. 2.

isto é, diferenças culturais persistentes” (critérios de identificação); 2) “uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais” ou “um conjunto sistemático de regras dirigindo os contatos interétnicos” (BARTH, 1998, p. 196). As pesquisas de Giralda em uma localidade no sul do Brasil demonstraram o aspecto dinâmico das demarcações étnicas, pois, “apesar da heterogeneidade étnica da população (após 1875) e do contato com elementos de outras etnias, os descendentes de imigrantes alemães também mantiveram as características distintivas do seu grupo étnico usando uma categoria que eles mesmos criaram para se identificar: *Deutschbrasilianer* [teuto-brasileiros]” (SEYFERTH, 1981, p. 155). Em seu seguimento, o livro *Nacionalismo e identidade étnica* analisa a relação dos teuto-brasileiros



com outros grupos locais, como imigrantes irlandeses, italianos, poloneses. “brasileiros”, indígenas, negros, e os processos de identificação presentes são interpretados pelas concepções de F. Barth de “autoatribuição e atribuição por outros”.

Esta vinculação à ideia da persistência da distin-

ção étnica, posta por Barth, significou uma tomada de posição contrária às interpretações de Emílio Willems, alemão emigrado ao Brasil que se tornou professor de Sociologia na USP em 1937 e vinculava-se à teoria da aculturação. Se para este pesquisador, escrevendo na década de 1940, não existe uma “casa alemã” que possa identificar os imigrantes, para Giralda a afirmação

encobre o fato da apropriação (simbólica, inclusive) de um traço cultural relevante na construção da diferença étnica com repercussão na identidade teuto-brasileira. O caráter distintivo da moradia, ou do lar, está presente na literatura sobre o Vale do Itajaí, sobretudo nos trabalhos orientados pela noção de

*Deustchtum*<sup>5</sup>, mas também nos discursos de senso comum (SEYFERTH, 2011, p. 55).

Leituras como estas do fenômeno étnico permitiram que a imigração pudesse ser analisada nem através de uma visão essencializante, nem pela crença nacionalista na assimilação, mas por estudos diversificados que interpretassem as condições de possibilidade de manutenção de identidades étnicas ou os contextos de relações interétnicas, enfim pesquisas que problematizavam as circunstâncias encontradas com amparo em uma literatura pertinente. Giralda foi uma grande divulgadora de alguns teóricos e foi ela mesma uma intérprete de vários contextos, tendo servido de inspiração para muitos outros pesquisadores.

Este aporte metodológico da antropologia para os estudos migratórios, para o qual Giralda muito contribuiu, nos permite relativizar algumas proposições que são apresentadas como inovadoras por autores vinculados à “história transnacional”, cujos marcos afirmativos estariam situados na segunda metade da década de 1990:

Mas a velha historiografia da imigração, da Argentina, do Brasil, dos Estados Unidos, foi escrita especificamente para incorporar o imigrante na narrativa nacional. Diferente disso, a ótica transnacional entende a imigração no sentido de um circuito em que existem muitas redes de contato, compromisso, intercâmbio e várias formas de movimento e identidade. Imigração, desse ponto de vista, não é uma história composta simplesmente de um ponto de origem, a transferência geográfica, e a chegada à terra nova (WEINSTEIN, 2013, p. 20).

Certamente há que destacar a ênfase da história transnacional em “mostrar que as divisões entre ‘nacional’ e ‘estrangeiro’ não são sempre tão claras e bem definidas como imaginamos”, ou em privilegiar a circulação em



<sup>5</sup> Ideologia étnica teuto-brasileira elaborada de modo escrito (ver adiante).

vez da difusão (WEINSTEIN, 2013, p. 22, 25). Entretanto, o que tem sido realizado há várias décadas em termos de estudos migratórios não pode ser resumido a descrições de “transferência geográfica” mesmo no campo da História. Desde os anos setenta, Giralda Seyferth, que havia se graduado em História, pesquisava a imigração de pontos de vista bastante complexos, e, especificamente, sua contribuição é notável para a abordagem de uma identidade imigrante que não vem pré-moldada da Europa, mas é produto, entre vários fatores, das relações cotidianas que se estabelecem na nova sociedade e do fomento literário de uma identidade dual teuto-brasileira, que expressa sentimentos tanto com relação à terra brasileira quanto à origem alemã (SEYFERTH, 1981, p. 108). Os escritores analisados por Giralda poderiam, apenas parcialmente, ter o objetivo de “incorporar o imigrante na narrativa nacional”, como refere Weinstein, mas o denso estudo da comunidade teuto-brasileira do Vale do Itajaí certamente não corresponde a esta classificação. E, mencionando especificamente a produção historiográfica, o mesmo não se pode dizer da obra da historiadora Zuleika Alvim (1986, p. 124), que nos anos oitenta trazia à luz um tipo de mobilidade internacional dos imigrantes italianos do período 1870-1920, como reação às más condições de trabalho encontradas no Estado de São Paulo.



Acceptando os desafios dos novos debates acadêmicos, e revisitando suas pesquisas através dos enquadramentos recentes, Giralda realiza sua interpretação da dinâmica transnacional: “O trânsito pode ser tomado num sentido mais literal do deslocamento no espaço, ou numa forma metafórica abrangendo a circulação de ideias” (SEYFERTH, 2011, p. 59). E ela foca nesta segunda acepção do termo “transnacional”, tanto por seu enfoque

em ideias que circulavam entre Europa e Brasil, quanto porque considera que, diferentemente do que ocorre nos anos atuais, entre os imigrantes do passado apenas os mais abonados tinham condições de manter laços com parentes e amigos da Alemanha. Comerciantes e industriais que possuíssem fortes ligações com a Alemanha, econômicas ou não, agiam como mediadores étnicos, “contribuindo para a consolidação de uma identidade teuto-brasileira” (SEYFERTH, 2011, p. 60).

Pode-se dizer que o redirecionamento das interpretações pelo viés da etnicidade veio a renovar o campo de estudos da imigração (WEBER, 2006) e a influência de Giralda neste processo por ser avaliada por detalhes tais como a menção a seus textos. Na coletânea *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*, publicada em 1994, quase metade dos autores, que são predominantemente historiadores, citam trabalhos publicados por Giralda. É preciso mencionar novamente as redes de influência, mesmo que seu modo de operar nem sempre seja apreensível e, para tanto, recorro a dois artigos que considero muito fecundos na interpretação dos desdobramentos do processo migratório, “Os significados da noção de ‘italianos’”, de Odacir Coradini, publicado em 1996, e “Identities e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do atlântico”, de Ellen Woortmann, publicado em 2000. Seyferth esteve presente na banca de doutoramento destes pesquisadores, realizadas, respectivamente, no Museu Nacional/UF RJ, em 1989, e na Universidade de Brasília, em 1988, e, mesmo que os objetos centrais destas teses não sejam imigrantes, os canais para circulação de ideias entre autores já estavam operando.

Uma visão mais ampla da imigração para o Brasil foi oportunizada para Giralda não apenas por suas pesquisas e leituras, mas também através das orientações que conduziu e bancas das quais participou. Em termos de dissertações e teses, ao longo de sua carreira, Giralda avaliou trabalhos sobre imigrantes colombianos, japoneses, portugueses, alemães, austríacos, haitianos, palestinos, caboverdianos, italianos, judeus, pomeranos, o que sinaliza o reconhecimento à sua representatividade neste campo. Há também participações de Giralda, como orientadora ou avaliadora, em bancas sobre

negros, índios, campesinato, etnicidade e racismo, assuntos sobre os quais ela se pronunciava com competência.



A dificuldade em se compreender o fenômeno étnico, seja do ponto de vista do senso comum, seja da parte de alunos iniciantes, torna o legado de Giralda sempre atual. Cheguei ao Museu, com minha pesquisa de um contexto interétnico onde predominavam os “alemães”, junto com outra

conterrânea, Daisy Barcellos, que estudava associações de negros em Porto Alegre (BARCELLOS, 1996), também sob orientação de Giralda. Destes diálogos acadêmicos me veio a confiança de que havia uma teoria da etnicidade que podia explicar fenômenos bastante diferenciados entre si. Entretanto, como permaneci atuando na História, percebi que havia uma clivagem neste campo, pois historiadores da imigração entendem que a imigração como “opção” diferencia os imigrantes dos trabalhadores africanos, mesmo após o fim do trabalho coercitivo; por sua vez, intelectuais negros optam pelo conceito de “racialização”, que seria mais contundente que etnicidade, mais adequado, portanto, para dar conta da discriminação racial.



Por Seyferth estar atenta a situações de encontros étnicos, seus estudos de imigração não desconheciam os elementos de discriminação e racismo que afetaram o processo imigratório. Inicialmente, a visão racial que influenciou as correntes imigratórias de europeus era a das elites e intelectuais bra-

sileiros, que manifestaram sua preferência pela “raça europeia” em textos e discursos. A concepção racializada de “branqueamento” se apresenta sem pudor ainda nos 1940, justamente em um membro do Conselho de Imigração e Colonização do Estado Novo (SEYFERTH, 2014). Mais abaixo veremos um exemplo de defesa de segregação racial no pensamento teuto-brasileiro, graças à investigação de fontes escritas em alemão por parte de Giralda.

Os imigrantes não ficaram imunes às representações existentes e desenvolveram suas próprias visões de mundo, buscando marcar sua superioridade com relação aos “brasileiros”. Foi com Giralda, mais precisamente através de seu artigo de 1982, acima citado, que percebi que expressões comuns na minha infância eram categorizações étnicas. Refiro-me à classificação que distingue os “brasileiros” dos “de origem”, encontrada tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina. A releitura desta forma de expressão coloquial e local me levou a redigir um artigo (WEBER, 2002), mostrando que tal classificação étnica tem a peculiaridade de não se alinhar à segmentação predominante no Brasil, que distingue brancos e negros, pois a categoria “brasileiros” engloba a ambos. Como afirma Giralda, o encontro étnico que se processa em espaços de vizinhança e em lugares de trabalho, pode suscitar representações de caráter agonístico:

O que marca as opiniões dos luso-brasileiros é a utilização de termos pejorativos para designar os teuto-brasileiros, que levam a protestos indignados: alemão batata, alemão de merda, galego. Por outro lado, é comum o teuto-brasileiro se referir aos nacionais apenas como “caboclinhos”, “brasileirinhos” ou “ladrões de galinha”, com o mesmo sentido pejorativo (SEYFERTH, 1981, p. 162).

Como afirmado acima, Giralda contribuiu decisivamente para difundir o enfoque da etnicidade entre os estudos de imigração, o que permitiu uma ampliação da pauta de problemáticas para estudo, além de resguardar as análises de quaisquer elementos substancia-



listas. Para o campo da História, cuja versão ampliada se estende para além do mundo acadêmico, e está sempre sujeito às tentações de personificação e objetivação, aportes como o seu têm sido bem importantes. Em âmbito acadêmico é perceptível uma mudança de termos mesmo em universidades onde as investigações sobre imigração sempre se fizeram presentes. O termo “imigração” cedeu espaço para seu correlato “migração”, usado no plural, como na denominação de Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em História da UNISINOS (Linha Migrações, territórios e grupos étnicos) e da Universidade Federal de Santa Maria (Linha Cultura, Migrações e Trabalho). Uma das quatro Linhas de Pesquisa do PPG em História da PUCRS se denomina “Sociedade, Urbanização e Imigração” e elenca uma série de problemas de pesquisa que abarcam o imigrante ainda que sem exclusividade.

Obviamente não se está sugerindo que Giralda teve influência direta nestas novas formulações; o que se pretende é assinalar que ocorreram mudanças nos estudos históricos sobre a imigração em uma direção na qual nossa antropóloga já estava posicionada. De qualquer modo, não é irrelevante mencionar a presença de Giralda em eventos de historiadores no Rio Grande do Sul, participando, por exemplo, em mesas redondas do XX Simpósio de História da Imigração e Colonização e do XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização, realizados, respectivamente, em 2012 e 2014, na UNISINOS (São Leopoldo). Um dos últimos eventos registrados em seu Currículo Lattes foi o IV Simpósio Internacional e XII Fórum de Estudos Ítalo-brasileiros, realizados em 2015 na Universidade de Caxias do Sul, para o qual ela foi convidada a participar em uma mesa-redonda.

## HISTORIADORA

Giralda, ela própria, também pesquisava como historiadora, o que em parte justifica seu diálogo com historiadores durante sua carreira. Por exemplo, ela buscou as “linhas básicas do nacionalismo alemão” no século XIX, lembrando que, para a ideologia nacionalista alemã, o que liga o povo à nação

não é o território nem o Estado, mas “uma comunidade de interesses e uma cultura, raça e língua comuns” (SEYFERTH, 1981, p. 45). Uma de suas densas pesquisas históricas foi percorrer jornais produzidos em língua alemã no Brasil, estando em condições de concluir que: “Os jornais em língua alemã que circularam no sul do Brasil até 1941 se consideravam, sem exceção, como defensores do *Brasilianisches Deutschtum*” (1981, p. 49). E são seus conhecimentos da língua alemã que permitem uma tradução da expressão *Deutschtum* como “identidade étnica teuto-brasileira”.



Este pensamento teuto-brasileiro passará a conviver, nas primeiras décadas republicanas, com visões e propostas de intelectuais nacionalistas para a cultura e para o povo do Brasil. O conteúdo revisitado dos jornais alemães permite aportes à história do pensamento social no país, pois ali encontramos a reação germanófila à teoria do branqueamento, não por discordar de suas bases racistas, mas pela recusa dos intelectuais imigrantes, influenciados pelo pangermanismo, ao processo de miscigenação, repellido com representações profundamente estigmatizantes, misturadas a digressões históricas (SEYFERTH, 1981, p. 54-60). Um articulista de *Der Urwaldsbote* (jornal de Blumenau) associa a teoria da miscigenação ao “palavrório da revolução francesa, que nos presenteou com a Declaração dos Direitos Humanos”, e rechaça a ideia da “confraternização da humanidade”, explicitando sua posição sem qualquer matiz: “A mistura na América do Norte não se faz com índios, negros ou mestiços. Os índios estão sob tutela, os negros e mestiços são socialmente segregados. E com justa razão” (*Der Urwaldsbote*, 1906, apud SEYFERTH, 1981, p. 60).

As contribuições de Seyferth para a interpretação das décadas 1930 e 1940 no Brasil são bastante divulgadas; ela é uma das autoras que compõem a coletânea *Repensando o Estado Novo*, de 1999. Como pontua, a primei-

ra intervenção formal do Estado em instituições étnicas (de imigrantes) ocorreu durante a I Guerra Mundial, mas restringiu-se ao âmbito dos cur-



rículos escolares; já a partir de 1937, “foram tomadas medidas coercitivas visando a atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade” (SEYFERTH, 1999, p. 199). Se a retórica da década

de trinta diluiu o discurso racial, “as práticas voltadas para a imigração e os imigrantes mostram a persistência do mito [do “branqueamento”] e a preocupação com a homogeneidade nacional”, que tinha por consequência a ênfase na assimilação e a seleção de imigrantes desejados que, neste contexto, eram os europeus brancos latinos (SEYFERTH, 1999, p. 212). Já a população teuto-brasileira do sul do Brasil foi tratada, com a radicalização da Campanha de Nacionalização em 1939, como ameaça à soberania nacional, sofrendo intervenção militar e repressão a meios de divulgação, com censura de programas de rádio e restrições à imprensa em língua estrangeira. Através de suas fontes de pesquisa, Giralda nos informa que a substituição linguística, que atingiu, além de escolas, os nomes das ruas, os letreiros das lojas e fábricas e a denominação dos clubes e associações, foi também cogitada para lápides com escritos góticos nos cemitérios (SEYFERTH, 1999, p. 221).

Na década de 1990, Seyferth certamente não é a única a dar um tratamento histórico a temas da imigração alemã com fontes traduzidas. O livro *O fascismo no sul do Brasil – germanismo, nazismo, fascismo*, de René Gertz, já havia sido publicado em 1987. Entretanto, destaque-se que o livro de Giralda de 1981 já avançara nas discussões destes momentos nevrálgicos da história nacional, e também que ela fez uso, nos parâmetros da antropologia, de entrevistas, trazendo ao leitor a riqueza que reconhecemos nos trabalhos de história oral.

Sensível às questões mais contemporâneas, Giralda, em artigo de 2014, percorre a visão brasileira acerca do “apátrida” e do “refugiado”, repassando momentos da história brasileira em que algumas populações refugiadas foram consideradas imigrantes indesejáveis. Em sua opinião, o Estatuto do Estrangeiro de 1981, já no processo de abertura política, apresenta uma burocracia que não favorece o acolhimento do apátrida, e, por sua vez, a Lei 9.474, de 1997, considerada mais ampla, não alterou o quadro de baixa recepção de refugiados no Brasil. Diante da visão negativa do senso comum contemporâneo ante os haitianos, Giralda expõe seus conhecimentos históricos sobre o assunto: “As imagens evocadas por esse tipo de referência são características de um discurso xenófobo, de certo modo presente desde o século XIX, quando o assunto é o imigrante indesejável” (SEYFERTH, 2014, p. 11). E continua: “Não há menção à raça no contexto atual, talvez porque o Brasil tem uma lei que pune atos de racismo; mas miséria, atraso, e a entrada ilegal através da intermediação de terceiros, são elementos de desqualificação”.



## FINALIZANDO

Giralda continuará presente através de suas obras, em cuja extensão sempre poderemos descobrir novos títulos para ler. Em determinadas discussões, a citação de obras de Giralda tornou-se imprescindível. Localizei um texto que discutia o tema da *assimilação*, do conhecido sociólogo, estudioso da imigração, Oswaldo Truzzi (2012), e observei vários títulos de trabalhos de Giralda ali citados. Isso parece “natural”, dado à familiaridade intelectual da ex-orientanda com as obras da ex-orientadora, mas é preciso distanciar-se desta relação familiar para avaliar o significado desta constância e recorrência do pensamento de Seyferth no âmbito de determinados temas de estudo.

Esta homenagem é uma manifestação de reconhecimento e afeto e um desejo de prolongar a presença da orientadora pela articulação dos orientandos, isto é, mantém-se a memória ativa através da rememoração coletiva (HALBWACHS, 1990). Mas é também um exercício de distanciamento. Sempre me pareceu óbvio que pesquisas sobre imigração citassem os trabalhos de Giralda, e, às vezes, eu podia dizer com vaidade “foi minha orientadora”. Mas percebo agora que toda esta produção precisou não só ser construída, mas continuamente reafirmada e aprimorada, que os diálogos com diferentes e novos interlocutores demandaram revisões e adaptações nas interpretações, respondendo à exigente dinâmica da reflexão intelectual. E, pelos modos como articula sua narrativa, percebe-se que Giralda realizava estas operações de escrita com desenvoltura.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. Rio de Janeiro, 1996. Tese de doutorado. Museu Nacional. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998 [1995]. p. 187-227.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Currículo Lattes. *Giralda Seyferth*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4083973035511869>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CORADINI, Odaci Luiz. Os significados da noção de “italianos”. In: MAESTRI, Mário (Coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 33-39.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil- germanismo, nazismo, fascismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Marco Zero, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. UNISINOS. *Linhas de Pesquisa*. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/mestrado-e-doutorado/historia/presencial/sao-leopoldo>>. Acesso em: 31 maio 2018.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). *Corpo Docente*. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgh/index.php/2015-08-25-15-17-38/corpo-docente>>. Acesso em: 31 maio 2018.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. PUCRS. *Linhas de Pesquisa*. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/humanidades/programa-de-pos-graduacao-em-historia/linhas-e-estruturas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 37, 20 out. 1982.

\_\_\_\_\_. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1990.

\_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 199-228.

\_\_\_\_\_. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 26, n° 77, out. 2011. p. 47-62.

\_\_\_\_\_. O problema da imigração no Brasil: continuidades e mudanças. Associação Portuguesa de Sociologia. *Actas do VIII Congresso Português de Sociologia*. Évora. 2014. Disponível em: <[http://historico.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM0038.pdf](http://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0038.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2018.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. *Dados [online]*. 2012, v. 55, n. 2, p. 517-553.

VASCONCELOS, Naira; MAUCH, Claudia (Org.). *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

WEBER, Regina. A construção da “origem”: os “alemães” e a classificação trinária. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza S., FÉLIX, Loiva O. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002. p. 207-215.

\_\_\_\_\_. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. n. 18, 2006. p. 236-250.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés trans-nacional. *Revista Eletrônica da Anphlac*. n. 14, p. 9-36, 2013.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do atlântico. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 6, n. 14, nov. 2000, p. 205-238.

# Antropologia e história: uma interface entre múltiplas nações e identidades

*Joana Bahia*

## A HISTÓRIA COMO UM JOGO DE XADREZ

O significado de uma obra se baseia naquilo que ela desperta ao longo de gerações e nos possibilita chamá-la clássica, não em um sentido letárgico, mas aberto. A obra aberta por si mesma ganha o mundo e nos faz pensar diferentes contextos para além daquele em que geográfica e historicamente se inscreve, moldando questões que transcendem uma humilde origem. Simples e complexo, fascinantemente aberto é o trabalho de Giralda Seyferth.<sup>1</sup>

Minha reflexão se baseia em perguntas proporcionadas pela leitura de seu trabalho e naquilo por que seu legado nos move: entre disciplinas e campos de estudos, entre Brasil e Alemanha, mas que também nos faz refletir sobre a realidade de outros contextos migratórios.

---

<sup>1</sup> Aprendi a ler Max Weber com Seyferth nas ocasiões em que fui sua orientanda de doutorado. Sua obra se entrelaça à da autora não apenas pelos usos que ela fez do Weber, mas por múltiplos raciocínios, em que percebo as relações entre antropologia e história. Quando releio Seyferth, e também por memória afetiva, acredito que relacionar alguns debates em sua obra com as questões weberianas seja a melhor homenagem que lhe poderia fazer. Assumo tudo o que penso neste texto, não obstante ele poder gerar discordâncias.

Claramente, suas teses contribuíram para desconstruir os laudatórios e pouco reflexivos estudos migratórios. Nesse sentido, além de criticar e rever conceitos, como aculturação, áreas culturais, aspectos folclóricos e determinismos geográficos, mostram, na medida certa, em que momento considerar fontes dos historiadores locais, questionando-as do ponto de vista da realidade do colono alemão, personagem central de grande parte de seus estudos. Muitos dos clássicos lidos, como Schaden, Willems, Roche e Wagemann, eram repensados a partir de sua obra, na medida em que muitos dos dados eram ou não considerados para serem confrontados com suas pesquisas em arquivos históricos locais e seu próprio trabalho de campo.

Pensemos em Weber, imaginando que a história não se detivesse em suas fontes, mas que as transformasse em ideias e tomadas de posição, como em um jogo de xadrez, operando as fontes como peças de um grande cenário, em que a história é pura mobilidade, feita de questões.



Segundo o autor, convém comparar o devenir irreal, construído com base na hipótese de modificação de um dos antecedentes, com a evolução real para poder concluir que o elemento modificado pelo pensamento foi de fato uma das causas do indivíduo histórico considera-

do no ponto de partida da pesquisa. Como se poderia saber o que teria acontecido se o que aconteceu não tivesse acontecido? Se, para Weber, a ciência é o deus da eterna juventude, sabemos que, para um pesquisador, os dados não são dados, e, sim, construídos. E se os personagens de uma história pudessem ser outros: no caso, os colonos alemães? E se as fontes pudessem ser outras, ou quem sabe as mesmas, mas as perguntas também pudessem ser outras?

Se deixarmos de formular perguntas desse gênero, ficaremos limitados a uma narrativa pura: em tal data, essa pessoa disse ou fez tal coisa. Para

repensar a história, seria preciso que se sugerisse implicitamente que, sem determinada ação, o curso dos acontecimentos teria sido outro. Se o curso das ações, dos sentidos que os seres humanos atribuem a suas atitudes pudesse de fato mostrar que o tempo nunca é prefixado, que as temporalidades se movem juntamente com os atores sociais, como peças de um jogo de xadrez, então “como podemos matar um pássaro ontem com uma *pedra* que atiramos *hoje*”?

Inversões de sentido e de tempo (em que o erro vira acerto, e o acerto vira erro) em que se transforma a historiografia de migração e se mostra que nada precisa ser pensado de um único ponto de vista e menos ainda fixado por datas e personagens históricos consagrados, mas pelo olhar do colono, do camponês de origem alemã saído de um contexto nacional, que não era a Alemanha. Tal contexto é tomado, inicialmente, como modelo que deveria corresponder ao *farmer* americano (mas que não correspondeu), modelo migratório da elite e da política brasileira durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Desconstruindo a ideia de que os migrantes são definidos por nações, raciocínio de Seyferth apontou que a Alemanha sequer existia quando os alemães chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Saxônios, frísios, bávaros, pomeranos e outros grupos eram parte da então



sonhada “Alemanha”, construção nacional forjada ao longo do século XIX. Somente as imagens “construídas como nacionais” eram pensadas e veiculadas nas representações linguísticas e religiosas que marcaram a língua alemã pela influência de Lutero, consagradas, posteriormente, pelos ritos da Igreja luterana que seguiram os migrantes alemães na constituição das colônias. E mesmo o Brasil ainda não era Brasil, e, sim, algo a ser pensado por sua elite como uma nação a ser formatada pelas teorias raciais, construída somente

em um futuro em que a população branca sobrepujasse a maioria dos índios e negros que habitavam o país no século XIX.

Essa inspiração weberiana tem o mérito de devolver às pessoas e aos acontecimentos sua eficácia; de mostrar que o curso da história não está determinado antecipadamente e que os seres humanos de ação podem alterá-lo. Mostra como fatos parciais podem determinar um movimento de alcance considerável, sem significar a negação do determinismo global dos fatos econômicos ou demográficos, mas reordenando-os com novas perguntas. Significa apenas conceder aos acontecimentos do passado a dimensão de incerteza e probabilidade que caracteriza os fatos tais como os vivemos, ou como qualquer ser humano de ação os concebe.

Há, no pensamento de Weber, uma solidariedade entre causalidade histórica e causalidade sociológica. Assim, eu gostaria de, ousadamente, pensar essa operação na obra de Seyferth, deslocando-a, entretanto, para a construção de um olhar antropológico, sem perder de vista os aspectos descritos anteriormente. De modo geral, todo o pensamento causal de Weber se exprime em termos de probabilidades, não sendo global ou de uma determinação necessária e única. Não há, portanto, uma determinação unilateral do conjunto da sociedade por um elemento, seja ele econômico, político ou religioso. Se a realidade é multicausal, olhar para a história e seus personagens transforma o ofício do historiador em algo muito mais complexo.



Nesse sentido, as relações causais da sociologia seriam compreendidas como relações parciais e prováveis. São relações parciais no sentido de que um fragmento dado da realidade torna provável ou improvável outro fragmento, como em um jogo em que a indeterminação tem sua importância

e valor, e em que outros personagens não tão centrais, como Estados e nações, ganham voz: os migrantes, os camponeses e, para ser mais específica,

os colonos de origem alemã. Outros fragmentos surgem no jogo e mudam o sentido de compreensão do passado, uma modernização precária, que afeta os camponeses alemães, pode ser interessante para pensar o colono (os migrantes alemães que aqui chegaram), que não se transformou na eficácia capitalista do *farmer* americano, modelo imaginado pelos mediadores do Estado brasileiro, formuladores das políticas migratórias no século XIX.

## BRASIL E ALEMANHA: UM JOGO DE ESPELHOS ENTRE SUAS REALIDADES E SEUS PESQUISADORES

Relendo as mudanças na história da Alemanha em pleno século XIX, vemos as transformações do camponês alemão que, na alta mobilidade e nas migrações internas existentes no período, é também o personagem que se desloca para Brasil, Estados Unidos, Argentina e outros países atrás de terras e de um novo modo de vida, em que pudesse reviver ou não o modo de vida camponês baseado no trabalho familiar.

Para ilustrar essa relação entre migração e história e sua futura conformação em um campo rico em problematização científica na virada do século XIX para o XX, abordo novamente Weber e a maneira como muitas questões são refletidas no trabalho de Seyferth, especialmente quando a autora traz as migrações internas e os problemas no cenário europeu para pensar os modos como a história é feita de interstícios, problemas e questões que estranhamente podem ou não ser (des)continuadas e (des)construídas, pois, afinal, as gêneses dos processos sociais são inevitáveis para pensar a migração como fato social.

No trabalho “A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba – 1892”, de Weber (1981), resultado da pesquisa empírica do autor na região leste do rio Elba, temos um texto clássico que não apenas



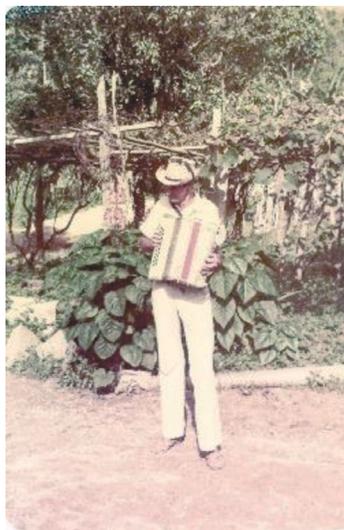
influenciou os estudos de campesinato e das ciências sociais como um todo, mas também a produção historiográfica sobre o tema. Em 1892, a Associação para Política Social (Verein für Sozialpolitik) decide empreender uma enquete sobre trabalhadores rurais na qual o jovem pesquisador Max Weber ficou incumbido de produzir o relatório referente ao leste do império alemão. O texto weberiano representa uma contribuição à economia política (nos moldes praticados pela escola histórica alemã), ainda que de um ponto de vista atual, e poderia ser classificado como sociológico.

O estudo de Weber aborda sistematicamente província por província e, dentro das províncias, comarca por comarca (p. ex., província Pomerânia, com suas comarcas, Köslin, Stettin e Stralsund). A análise de cada área é introduzida com algumas informações gerais sobre o solo, o modo do cultivo, a distribuição da terra e as categorias de trabalhadores ali presentes. Em seguida, são descritas as condições gerais de trabalho e de existência dos trabalhadores.

Essa obra ilumina os processos mais amplos das mudanças que atingiram não apenas o campesinato alemão, tendo como ponto central a compreensão de um macroprocesso social, ou seja, a modernização periférica, bem como de que modo podemos lidar com as questões que nos fazem refletir sobre a população alemã que migrou para o Brasil. Há a desagregação do patriarcalismo nas fazendas do leste alemão, que formavam uma sólida organização social com base nas relações de dependência e “comunidade de interesses” entre os camponeses e a classe de dirigentes senhoriais, os *Junkers*. A paisagem do leste desse território, que havia sido marcada pela estabilidade de suas grandes propriedades, conhecia uma intensa modificação a partir da introdução da agricultura comercial em larga escala e dos efeitos da concorrência no mercado mundial, pressionando a introdução de métodos mais propriamente capitalistas de gestão.

Grande parte dos problemas agrícolas enfrentados no leste dizia respeito à demanda periódica de força de trabalho. No passado, a força de trabalho era imobilizada nas fazendas segundo os sistemas de prestação de serviços e contrapartidas senhoriais, o que garantia o suprimento de mão de obra nos

períodos críticos de colheita e beneficiamento dos cereais. Essa era uma relação de dominação, que se desfez com a abolição da servidão e com a legislação agrária, determinando a arregimentação de trabalhadores por contrato. Formaram-se dois grandes grupos de trabalhadores: os vinculados à propriedade por contratos fixos, geralmente com moradia na propriedade, e os trabalhadores “livres”.



Se, por um lado, na condição de trabalhador livre, havia maior autonomia na condução da vida, por outro havia a perda da segurança e da estabilidade garantidas pela moradia na fazenda e pelos pagamentos fixos dos trabalhadores vinculados. Mas, paralelo a isso, há a substituição dos trabalhadores agrícolas alemães por imigrantes poloneses, que aceitavam salários mais baixos e condições mais precárias, menos sujeitos à regulação estatal dos contratos, o que fazia com que os empregadores tivessem controle absoluto da força de trabalho, o que não era aceito pelos trabalhadores alemães. Vemos, assim, a mudança de uma constituição do trabalho patriarcal para uma capitalista, com todas as suas consequências políticas.

Consequentemente, assistimos à migração interna dos trabalhadores europeus (sejam os poloneses ou os próprios alemães), mas também aos fluxos migratórios regulares para o continente americano, em especial para o Brasil. Isso nos permite compreender vários deslocamentos populacionais, sejam os deslocamentos internos ao próprio continente europeu,



sejam as emigrações dessas populações para outros países europeus ou para o continente americano.

Tanto no trabalho de Seyferth quanto nas aulas, palestras e colóquios, essas relações eram pensadas, pois nações não são construídas sem intenções nem percepções de longa duração, em que atores pequenos, como os camponeses (sejam ou não alemães), fazem a história e também são objetos sociológicos para refletir sobre as próprias transformações sociais no contexto europeu. E, quando migram, não são exatamente os mesmos camponeses, mas se transformam em colonos alemães de diferentes grupos linguísticos de distintas regiões da Alemanha, redesenhando um mapa imaginário e linguístico, transmutando um mapa europeu na territorialidade brasileira, atribuindo-lhe uma nova espacialidade social.

Então, no Brasil há Alemanha, Suíça e Holandinha, nas montanhas centrais do estado do Espírito Santo; Pomerode, em Santa Catarina; Walachai (que significa lugar longínquo) e Batatenthal (vale das batatas, porém com sufixo em português e a junção à palavra de *Thal*, que em alemão significa vale), no Rio Grande do Sul; entre outros exemplos. Não obstante as contradições entre os dados e os trabalhos de descrição das realidades locais que Schaden, Willems, Roche e Wagemann, entre outros autores, estudaram, muitos historiadores locais trataram dessa multiplicidade de alemães em uma unidade de ficção científica chamada alemão, dirimindo línguas, hábitos, modos de vida e toda uma heterogeneidade cultural.

Seyferth restituiu, em seu trabalho, o respeito histórico e sociológico que essa heterogeneidade cultural merece e ganha quando, no Brasil, reconstrói suas identidades em novo contexto migratório, evidenciando continuidades, rupturas e novos desdobramentos da constituição de uma política de Estados nacionais.

A autora nos lembra que a emigração em massa de europeus para o continente americano no século XIX coincidiu com o processo de consolidação dos Estados nacionais, produzindo debates intensos sobre direitos de naturalização e cidadania, interferências de governos estrangeiros junto a seus “nacionais em constante deslocamento” e definições dos chamados

migrantes preferenciais. Nesse contexto da migração em massa na virada para o século XX, há a formação da categoria imigrante como sendo política e adequando-se à consolidação de uma nova geopolítica no plano mundial, bem como convertendo-se em objeto conceitual e científico tanto da história quanto das ciências sociais (SEYFERTH, 2008).



## DESCONSTRUINDO ORIGENS, IDENTIDADES E DESCOLONIZANDO MENTES

Pensar as identidades e de que modos elas marcam as histórias do Brasil e da Alemanha mostra que não é com as origens que os estudos laudatórios deveriam ter se preocupado por longas décadas (em muitas de suas tentativas genealógicas, o famoso “de onde vim”), mas com de que modo essas múltiplas origens podem deixar transparecer as discontinuidades, o que muda o sentido mesmo da ideia de genealogia. Buscar as raízes talvez não fizesse muito sentido para Seyferth, mas, sim, dismantelar as origens olhando os processos descontínuos, aproximando os detalhes, as sutilezas e os pequenos fatos que pudessem construir o fazer histórico, lembrando que as identidades são construções, sendo multifacetadas, relacionais e circunstanciais. Não é possível repensar isso sem imaginar os fatos e, menos ainda, sem pensar as identidades, indissociável tarefa de juntar história e antropologia.

Sabemos que a identidade étnica é construída também em situações de conflito e confronto, embora não apenas nessas (BARTH, 1998; SAYAD, 1998). Pode ter um caráter de aproximação entre pares, uma conotação de distanciamento e diferenciação em relação a outro grupo. Nesse sentido, dentro da gama de observações pertinentes ao ofício do historiador e mesmo do antropólogo, essas representações e transmissões, sejam em discursos,

narrativas ou materializadas em museus, monumentos, consistem em fenômenos necessários de interpretação, especialmente em tempos de xenofobia em escala mundial, como podemos observar neste nosso século XXI. Não obstante serem questões para antropólogos e historiadores, muitas vezes não sendo compatível a junção do melhor de cada disciplina, temos exceção no trabalho de Seyferth.



Antropólogos adoram saber o que se passa na cabeça das pessoas, e não apenas nos papéis e livros, pois, diante da história de sua própria disciplina, aprenderam que a escrita pode estar em vários lugares, inclusive nos corpos. Não obstante os milhões de encontros sobre História Oral no Brasil e no mundo, e apesar dos avan-

ços teóricos, os historiadores ainda têm muitos problemas com isso, pois, dramaticamente, sofrem quando não acham as fontes escritas ou quando precisam transformar as oralidades em documentos para lhes atribuir um “ar de veracidade”, sem analisar o contexto dessas traduções/traições, sem relevar a posição de desconforto social que sua presença pode causar ao identificar o nome do entrevistado e sem medir as consequências sociais da intervenção de sua pesquisa no entorno social.<sup>2</sup> Não obstante lerem Foucault, precisariam ler melhor Malinowski, pois, infelizmente, ainda perpetuam a cegueira pelo documento. Muitas vezes, ignoram o entorno, que poderiam transformar em fonte.

---

<sup>2</sup> Testemunho próprio de quem dá aulas desde 1996 no curso de História e Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Para Seyferth, era parte de sua trajetória de pesquisa olhar desconfiadamente para documentos e arquivos e fazer perguntas aos colonos, pois nem papéis nem pessoas eram endeusados, mas adoravelmente desconstruídos. O ato de fazer ciência é desconstruir, olhando as mesmas coisas de novos pontos de vista. Seu modo de pensar ciência se aproxima do de Bachelard (1996, p. 17), pois, “no fundo, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização”.



Novamente, como nos lembra o autor (1996, p. 17), “quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado”. Rever o passado é fundamental, mas olhando em que medida a história é feita de mutação, descontinuidade e continuidade em diferentes escalas.

Valorar Estados nacionais e migrantes em unidades encapsuladas corresponderia a uma história política tão criticável quanto a que Weber se propôs fazer ao criticar a historiografia de sua época, sugerindo que a dimensão do histórico deveria ser atribuída aos fatores que lhe eram externos aos fatos: os valores (MATA, 2013, p. 122-123). Os valores são relativos, social e historicamente. A valoração implicaria uma tomada de posição diante do objeto do conhecimento. Todas essas nuances mostram a diferença entre “o banal” e “o importante”, e ela se relaciona muito mais com a qualidade do “histórico”, sendo, conseqüentemente, uma questão de perspectiva.

Nesse sentido, a “superfície dos fatos” pode ser mais importante do que a densidade dos grandes feitos e dos personagens de uma “História”. Olhar para o mínimo, para o cotidiano do colono diz mais sobre a migração alemã



do que se perder na grandeza das grandes histórias. Deve-se destruir a primazia das origens e mostrar que a história é feita de jogos (sejam eles de dominação ou não), que podem ser tanto estratégicos quanto probabilísticos.

Desconstruir as origens, assim, conduz-nos a pensar novamente as identidades, brasileiras ou alemãs. Se compararmos pesquisadores alemães e brasileiros nos encontros de imigração alemã, veremos claramente duas primazias: por um lado, um quantitativo acentuado de pesquisadores brasileiros de origem alemã (há exceções, senão eu mesma não poderia escrever este texto) que se opõe a um número irrisório de alemães que pouco estudam sua própria história e, por outro, arquivos a serem trabalhados no Brasil, mas uma infinidade maior ainda na Alemanha. Nossos pesquisadores questionam imediatamente suas origens. Nesse sentido, questionar as origens aos alemães pode fazê-los rever uma história colonial que preferem esquecer.



Temos pesquisadores e alguns arquivos a pensar e a descobrir, e uma Alemanha cheia de arquivos de papéis, mas vazios de gente e repetidamente criando conceitos novos já pensados pelos pesquisadores brasileiros, como é o caso de regimes de migração, citados como inovação do pesquisador

Jochen Oltmer, do *Institut für Migrationsforschung und Interkulturelle Studien* (IMIS – Instituto para Pesquisa de Migração e Estudos Interculturais), em Osnabrück, na Alemanha. Esse conceito seria um instrumento de análise para estudar os “esforços de controle, de gestão e de regulamento

por diferentes atores institucionais (sejam estatais ou de outro tipo)”, os quais associam certas ideias e objetivos políticos à migração (OLTMER, 2012, p. 15; SCHULZE, 2017).

Nada do proposto por Oltmer já não está presente há muitos anos nas obras de Seyferth, em especial quando a autora reflete sobre os diferentes atores estatais, as elites locais da colônia e demais agentes que interferem na formulação de políticas migratórias, em especial a importância do contexto racial para a compreensão de tudo isso. O último tema é mais presente em sua obra que nas dos demais autores. Há, recentemente, uma análise da obra de Seyferth em vários escritos sobre essa questão (COSTA, 2008; SCHULZE, 2017), porém relacionando sua obra com o que chamam de regime de migração teuto-brasileiro, em que ambos os regimes nacionalistas percebiam os imigrantes de maneira homogênea como deficitários e implementaram medidas de disciplinamento social. Em especial, mostram-se pontos dos textos de Seyferth relacionados com o período Vargas (COSTA, 2008; SCHULZE, 2017).

Não obstante a importância da elite local para o disciplinamento a partir da compreensão do trabalho de Seyferth, os autores (SCHULZE, 2017),<sup>3</sup> entretanto, deslocam as matrizes teóricas sobre identidade, importantes na construção do trabalho da autora, e atribuem a ideia de identidade hifenizada a Lesser (1999).

Seyferth claramente mostrou em seus textos de que modo o fenômeno migratório produz etnicidades e os estudos migratórios contemplam a representação da identidade construída por indivíduos e grupos por meio de seus símbolos culturais. Seu campo teórico era vasto e compunha parte da literatura dos cursos de campesinato, identidade, pensamento social brasileiro e demais, que eram frequentados por aqueles que, para entender a questão migratória no Brasil, tinham de minimamente pensar de modo

---

<sup>3</sup> Essa descontextualização teórica está também presente em trabalhos de muitos historiadores locais, que reproduzem esses mesmos usos.

global sobre a teoria das identidades e etnicidades, campesinatos e saber discutir todos os autores que pensaram a realidade brasileira desde o século XIX até a década de 1970, bem como ler a literatura sobre teoria racial mais universal. Nada desse campo teórico era desconectado em seus trabalhos, que, naturalmente, era interdisciplinar.



Já Lesser (1995, 1999) repete o repertório já consagrado sobre teorias de identidade e etnicidade nas ciências sociais como se fosse algo novo, sem sequer contextualizar essas matrizes. Seu trabalho sobre imigração judaica no país, por exemplo, desconsidera os vários e distintos grupos de judeus que chegaram ao Brasil no mesmo período e constrói uma grande história desse grupo de modo homogêneo, pouco crítico, sem considerar as diferentes identidades judaicas em jogo e o papel das esquerdas na construção de uma identidade política instrumentalizada em uma parcela significativa dos grupos judaicos que migraram nas primeiras décadas do século XX.<sup>4</sup>

Apesar de ser referido pela ideia pouco original de identidade hifenizada,

---

<sup>4</sup> Minha crítica ao autor também se refere ao pouco distanciamento e não relativização na construção do próprio objeto, naturalizando seu olhar retrospectivo, informado por sua indignação diante do Holocausto, guiado por padrões de correção política que lhe permitem estranhar percepções sobre os judeus correntes em 1930, transformando-as em objeto. Sua própria identidade e sua conformação política deveriam no mínimo ser pensadas como construídas, e não impostas, como objeto, bem como seus pontos de vista ser percebidos como históricos e sociais. Outro ponto frágil de seu trabalho se refere à forma cronológica e pouco sociológica de contar uma história. Para um autor que pensa “identidades hifenizadas”, há uma grande lacuna de uma história social em sua obra. Não compreendemos o porquê do que Weber chama de tomada de posição, por que certos atores e instituições defendiam determinadas ideias, tinham determinadas posições em jogo e também não ficam evidentes as razões de uma posição predominar sobre a outra, ficando pouco claras as disputas no interior da estrutura do Estado.

seu texto sobre imigração judaica aborda um judeu homogeneizado, pouco multifacetado (LESSER, 1995, 1999), longe do próprio conceito que acredita originalmente formular.

Outro problema claro é também como situam sua obra, deslocalizando a figura do colono, as nuançadas e diferentes construções de germanidade (*Deutschtum*) e a importância das teorias raciais na formulação da política do Estado brasileiro sobre migração no século XIX, centrais na reformulação de perguntas e mudanças de sentido ao se olhar para documentos e realidades.

É óbvio que, para além de algumas limitações, há um esforço enorme da historiografia alemã, e mesmo das ciências sociais atuais, em buscar suas identidades para além do Estado alemão, considerando tudo o que pode ser não alemão. Essa busca vai desde pensar sua história para lembrar o que a presença alemã fez na Namíbia ou mesmo as influências no país das populações africanas migradas para a Alemanha (sejam grandes fluxos de trabalhadores para a indústria alemã a partir dos anos 1950 ou mesmo anteriores a isso), porém em nenhum momento o senso comum da história ou da sociedade olha para a América. Pensar a América pode ser também uma forma de nos pensarmos, e assim sucessivamente. Muitos brasilianistas alemães ainda se concentram na América hispânica, e muito pouco ainda é feito que relacione o passado alemão com outra América, pois na prática há muitas.

Talvez olhar para a América no século XIX fosse olhar para a ideia de um nacionalismo que se forjou ao longo desse tempo, ou para um pangermanismo ou algo que também lhe desse vergonha de se identificar, ou se reconhecer como sendo a figura do migrante pobre, que agora esse personagem lhe retorna atualmente vindo da América,<sup>5</sup> da Espanha, de Portugal ou de países africanos, bem como da Turquia. Mas, certamente, o projeto migratório

---

<sup>5</sup> Dei uma aula sobre migração no curso de pós-graduação em pedagogia a convite da professora doutora Sara Fürsternau, na Universidade de Münster, em 2015, sobre como os alemães chegaram ao Brasil, e foi uma das experiências mais extraordinárias que vivi, pois pude comprovar o quanto os alemães têm dificuldade de ver sua própria história sob o ponto de vista do outro.

inicial era desenvolvido no contexto do nacionalismo liberal alemão e do colonialismo, que faziam parte de um desenvolvimento global em meados do século XIX. Ao contrário de outros países europeus, “não existiam colônias alemãs”,<sup>6</sup> nem um Estado alemão. Nesse sentido, ser alemão era compreendido como comunidade por descendência, ou seja, como “povo” que se definia pela língua, cultura e origem comuns, isto é, pela germanidade (*Deutschtum*) (SEYFERTH, 1981). Os emigrantes foram vistos como parte da nação e considerados “alemães no exterior” — como se fossem parte de uma “colônia substituta”. Talvez um passado pouco interessante para se pensar sua história presente, que tanto necessita visitar as colônias que fez na África quanto considerar os emigrantes que vieram para o Brasil como “parte de uma colônia”. A Alemanha me parece ter um passado bastante colonialista para quem chegou atrasado.



Nem sempre é fácil refletir a partir da presença do outro. Nem sempre é possível descolonizar o pensamento. Observando os trabalhos de Seyferth, vemos os usos de ambos os espelhos: olhar para uma Alemanha em (des)construção em um Brasil também em (des)construção possibi-

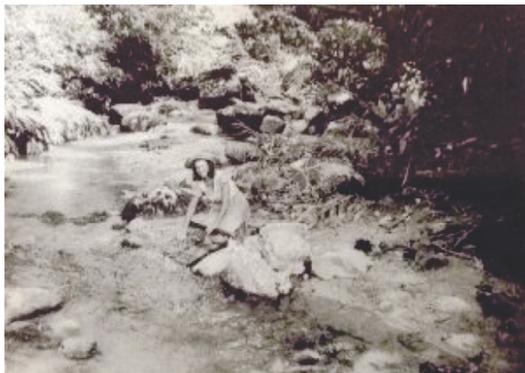
litou influenciar uma geração de pesquisadores brasileiros (é infelizmente impossível listar todos neste texto) que buscaram olhar para suas origens a

---

<sup>6</sup> Usei a expressão por pura provocação ao leitor. Reproduzi aqui, propositadamente, o senso comum bastante frequente na sociedade alemã ao dizer que a Alemanha “chegou atrasada à corrida colonial”. Entretanto, cabe lembrar que colonizou Togo, Camarões, Namíbia, Samoa Ocidental, Tanzânia, Burundi e Ruanda, sendo revista sua posição com o Tratado de Versalhes, em 1919. Deve-se ressaltar também o frequente espanto dos alemães quando veem um brasileiro nascido em uma colônia de origem alemã no Brasil “falar um alemão quase perfeito”.

fim de pensar as relações históricas em um sentido local e global. Olhar para as raízes fortalece a árvore? Certamente, constitui um bom acerto, pois faz pensar nossa história em movimento, assim como os migrantes.

Mas, e os alemães? Talvez, com a atual e incômoda presença de muitos outros (refugiados sírios, ex-colonos africanos, latino-americanos, iranianos, afegãos, eritreus), isso cada vez mais se torne possível, pois a realidade vai se impondo. Acredito que uma “*black Germany*”<sup>7</sup> do passado se imponha de modo atualiza-



do nos próximos anos em vários campos de estudos, pois é inquestionável a presença dos “*Afrodeutsche*” (descendentes de africanos nascidos no país) na atual sociedade alemã. Filhos de africanos, alemães, brasileiros<sup>8</sup> e demais grupos, eles se veem como alemães e negros em uma sociedade nacional que, historicamente, sempre se viu branca (BRUBAKER, 1990). Não menciono aqui as questões religiosas, pois, não obstante ser um dos “maiores países

---

<sup>7</sup> Negros vindos das colônias alemãs são comumente chamados de *Eingeborene* (nativos) no discurso público alemão. Quando essas pessoas vão para a Alemanha para estudar e trabalhar, tornam-se *Ausländer* (estrangeiros), termo que não denota o mesmo que cor da pele da mesma forma que expressões como *Mohr* ou *Neger*. Ambas as expressões são tão negativas quanto *Bimbo*. Muitos autores afirmam que os migrantes negros têm menos direitos que os estrangeiros brancos (NAGL, 2007). Vale lembrar a importância da obra de Aitken e Rosenhaft (2013), que aborda o extermínio da comunidade da diáspora negra, oriunda das áreas coloniais, pelo regime nazista.

<sup>8</sup> Quarto país de emigração de brasileiros na Europa. Ver *Amt für Statistik Berlin-Brandenburg* (2010); Ministério das Relações Exteriores (Ministry of Foreign Affairs), Brasília, 2008. E, ainda, *Statistisches Jahrbuch* (2009). *Statistisches Amt für Hamburg und Schleswig-Holstein* (2010). *Statistisches Bundesamt*. 2000–2014. Disponível em: <<http://www.destatis.de>>. Brazilian Associations in Germany. Disponível em: <[http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/ptbr/associacoes\\_brasileiras\\_no\\_exterior.xml](http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/ptbr/associacoes_brasileiras_no_exterior.xml)>.

muçulmanos”, seu Estado é “falsamente” laico, sendo apenas consideradas religiões de Estado o catolicismo e o protestantismo dito “históricos”.<sup>9</sup> Ambas as religiões têm uma série de vantagens legais, como financiamento facilitado, dedução de impostos, permissão para que as escolas públicas ofereçam aulas de ensino religioso. As demais religiões não têm existência jurídica reconhecida como religiosa, organizando-se como *Verein* (associação cultural/clubes). Certamente, a Alemanha tem muitos problemas para pensar seu próprio futuro, mas não custa desmistificarmos um pouco a “falsa” imagem de racionalidade atribuída à sua sociedade.

Não posso medir o impacto da obra de Seyferth na Alemanha. Posso apenas afirmar que grande parte de seus principais textos está no Ibero-Amerikanisches Institut, um dos maiores arquivos do país, e que muitos de seus trabalhos influenciam os brasileiros que estudam ambas as realidades na Alemanha. Também posso afirmar, ainda, que os delicados fios que a autora teceu em seus textos certamente contribuirão para que os alemães aprendam a se pensar pelos outros.

Mudanças graduais têm ocorrido nos padrões migratórios alemães desde 1980, com o fluxo de grupos da Ásia, da África e da América Latina, particularmente de brasileiros. A Queda do Muro (em 1989) transformou as relações

---

<sup>9</sup> Na Alemanha, a questão do aborto é das mais complexas. Não obstante ser um país com grande avanço tecnológico em todas as áreas das ciências, na medicina há pouco conhecimento sobre a prática do aborto em termos técnicos. Há reclamações constantes dos estudantes de medicina sobre a questão. É proibido aos médicos anunciarem orientação sobre o tema ou mesmo divulgar que praticam aborto, porém é juridicamente recomendado que um pastor ou um padre dê aconselhamentos a uma grávida antes de ela tomar a decisão final de abortar. Ou seja, as religiões do Estado podem interferir em uma espécie de terapêutica religiosa, o que causa uma série de constrangimentos pessoais de todo tipo às mulheres: primeiro, o constrangimento da lógica religiosa, que é, em geral, contrária ao aborto e, depois, o fato de a mulher se submeter a um aconselhamento religioso de uma crença que pode não ser a de sua escolha pessoal. Além disso, o Destatis (Departamento de Estatística) não pode divulgar ou evidenciar os dados sobre abortos em estatísticas, pois isso seria considerado oficialmente ajuda. Ver sobre isso em: <<http://m.dw.com/pt-br/aborto-um-assunto-delicado-entre-m%C3%A9dicos-na-alemanha/a43706575?xtref=http%253A%252F%252Fm.facebook.com%252F>>.

não apenas entre os alemães, mas entre os próprios alemães e os estrangeiros. Para complicar ainda mais nosso xadrez histórico, muitos alemães que migraram para outras regiões da Europa retornaram após esse evento histórico. Também devemos considerar a presença de migrantes e refugiados do Leste europeu após as mudanças políticas nos Bálcãs, na ex-União Soviética e em outros países do bloco soviético (BAHIA, 2014).

Devemos lembrar que vários alemães foram migrantes e refugiados em diferentes contextos históricos, e, na recente história do Muro de Berlim, muitos que retornaram já não sabiam sequer falar a própria língua. Após sua Queda, claramente aumentou a intolerância ao novo, em especial aos migrantes (BEHRENDTS, 2003). Mas também podemos pensar que, sem América (categoria também tão geral e fictícia quanto Alemanha), certamente não haveria Alemanha nem seus atuais migrantes (latino-americanos), e os alemães (refugiados, migrantes ou de outras formas de deslocamento e/ou mobilidade) não são únicos, puros, nem falam apenas o alemão, sendo tão múltiplos e diversos como os próprios colonos que aqui chegaram nos primórdios do século XIX.

## REFERÊNCIAS

AITKEN, R.; ROSENHAFT, E. *Black Germany: the making and the unmaking of a diaspora community, 1884-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ARENDRT, H. *As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro, 1976. Documentário.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAHIA, J. Under the Berlin sky Candomblé on German shores. *Vibrant*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2014.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Orgs.). *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 187-227.

BEHRENDT, J. *Fremde und Fremd-Sein in der DDR: Zu historischen Ursachen der Fremdenfeindlichkeit in Ostdeutschland*. Berlin: Metropol, 2003.

BRUBAKER, R. *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, Nova York, 1990.

COSTA, S. Imigração no Brasil e na Alemanha: contextos, conceitos, convergências. *Ciências Sociais*, São Leopoldo: Unisinos, v. 44, n. 2, p. 105-118, 2008.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Coleção Campo Teórico.

GLAZER, N.; MOYNIHAN, D. P. *Ethnicity theory and experience*. Cambridge (Mass.)/Londres: Harvard University Press, 1975.

LESSER, J. *Negotiating national identity: immigrants, minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil*. Durham: Duke University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a questão judaica: imigração, preconceito e diplomacia*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MATA, S. da. *A fascinação weberiana: as origens da obra de Weber*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

NAGL, D. *Grenzfälle: Staatangehörigkeit, Rassismus und nationale Identität unter deutscher Kolonialherrschaft*. Frankfurt am Main: Lang, 2007.

OLTMER, J. *Einführung: Migrationsregime und Volksgemeinschaft im nationalsozialistischen Deutschland*. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Nationalsozialistisches Migrationsregime und 'Volksgemeinschaft'*. Paderborn: Schöningh, 2012. p. 9-25.

ROCHE, J. A *colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/USP, 1968.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHADEN, E. (Org.). *Alguns problemas e aspectos do folclore teuto-brasileiro: homem, cultura e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. O estudo sócio-antropológico da aculturação dos alemães no Brasil. *Revista do Arquivo Municipal*, ano XXXVI, n. CLXXXV, 1973.

SCHULZE, F. Regimes de migração no Brasil e na Alemanha: uma comparação síncrona. *Revista Acadêmica Licenciaturas*, Instituto Ivoti, Ivoti, v. 5, n. 2, p. 7-19, jul./dez. 2017.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

\_\_\_\_\_. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994.

\_\_\_\_\_. Colonização e política imigratória no Brasil imperial. In: SALES, T.; SALLES, M. do R. (Eds.). *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar/Sumaré, 2002. p. 79-110.

\_\_\_\_\_. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

\_\_\_\_\_. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 25, 1988.

\_\_\_\_\_. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Anais...* Porto Seguro, 1º-4 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1981.

\_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Ed.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, F. *The polish peasant in Europe and America*. Nova York: Octage Books, 1974.

WAGEMANN, E. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

WEBER, M. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba - 1892. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 13-58.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1999. v. 2.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

# Empiricismo Idealista e Construções de Povos: Giralda Seyferth como Intelectual

*Thaddeus G. Blanchette*

Outros autores dessa coletânea são mais qualificados que eu para falar da história intelectual de Giralda Seyferth e seus impactos específicos nos campos em que ela atuava como cientista social. Aqui, quero falar mais sobre Giralda enquanto educadora e intelectual num sentido mais abrangente. Giralda Seyferth subsidiou e orientou uma gama imensa de pensadores brasileiros engajados com os tópicos de biodeterminismo, raça, nação, e etnicidade – nem sempre dentro da sala de aula ou do contexto do Museu Nacional, onde leccionava como professora. Num momento em que as questões relacionadas com a identidade social se expressaram com cada vez mais força política no Brasil, e os biodeterminismos novamente pegavam na bandeira da cientificidade, Giralda contextualizava esses fenômenos dentro da longa história de como seres humanos, particularmente no Ocidente, têm construído marcadores de diferença. Com uma constância estoica e sem nenhum alarde, ela insistia em tratar esses assuntos como objetos de análise social científica e histórica, evitando respostas prontas, modismos, e – particularmente – as soluções politizadas. Giralda Seyferth foi uma das mais raras investigadoras da diversidade humana: ela não rejeitava o racismo e outras formas de biodeterminismo porque esses são “politicamente

incorretos”, mas, sim, porque eles são empiricamente insustentáveis. Em compartilhar seu imenso conhecimento desse campo com seus colegas, orientandos e interlocutores na sociedade civil, ela assegurou que toda uma geração de pensadores brasileiros encarará o crescente essencialismo do Século XXI com uma firme base nos fundamentos das ciências sociais, históricas, e biológicas.

Entrei no Museu Nacional como aluno de mestrado em 1999, oriundo dos Departamentos de Sociologia, Estudos Luso-Brasileiros, e Estudos Afro-Americanos da Universidade de Wisconsin Madison, instituição de notória orientação política esquerdista dos Estados Unidos.<sup>1</sup> Por causa dessa história, eu me considerava bem informado sobre raça e racismo. Três anos de matérias na USP na década de 90 só reforçaram essa noção, uma vez que minhas matérias de História e Sociologia naquela instituição concentravam-se quase exclusivamente na questão de classe como marcador primordial das diferenças humanas.

Portanto, cursar as matérias de Giralda foi, para mim, uma experiência reveladora. Diferente de meus instrutores na USP, ela tratava a formação de diferenças entre seres humanos como processo complexo, historicamente enraizado, e multiaxial. Diferente de meus professores americanos, ela buscava fundo as raízes daquilo que convenciamos chamar de “racismo”, contextualizando e historicizando esse fenômeno em suas facetas múltiplas.

Embora Giralda nunca tenha usado esses termos, sua visão analítica era o que hoje chamamos de *interseccionalista* ou, buscando na obra da teórica feminista Elisabeth Schüsler-Fiorenza, *quiriarquica*. Por isto, quero dizer que Giralda entendia sistemas sociais como construções que operavam simultaneamente através da construção e da manutenção de múltiplos eixos articulados de diferenciação identitária, que distribuíam privilégios e opressões

---

<sup>1</sup> Muitas vezes conhecida como “o Berkeley do meio-oeste”, Madison foi o palco de intensos protestos contra as Guerras de Vietnã (nas décadas de 1960-’70) e na América Central (na década de 1980), que consolidou sua reputação como uma das universidades mais radicais dos EUA. Veja-se o documentário *The War at Home* (1979) por mais contexto.



de forma desigual, mas de tal maneira que um indivíduo poderia ser oprimido em algumas relações e opressor em outras (Schüsler-Fiorenza, 1993). Diferente de outros instrutores brasileiros que eu tive, ela não buscava uma só chave mestra através da qual podia interpretar as realidades sociais. Classe, para ela, era importante, mas

só na medida em que isto era informado e mesmo coconstruído por noções de raça, nacionalidade, nativismo e posicionamento histórico (e até geográfico) dentro de um determinado contexto histórico. Giralda seguia à risca o idealismo alemão, weberiano, em que as ciências sociais não devem descrever aquilo que é geral na humanidade, mas, sim, aquilo que é específico a um determinado local e momento na História.

Por causa desse olhar analítico, Giralda rompia os limites de certa tradição, infelizmente comum no Brasil (e no mundo), de pensar sobre raça, classe e nação de tal maneira em que esses termos se alinhavam sem maiores contradições, ou se confrontavam em oposições maniqueístas. Giralda compreendia as contradições quixotescas de um Brasil que buscava criar uma raça pura através da miscigenação. Apreciava o absurdo do fato de Edgar Roquete-Pinto, defensor da miscigenação, declarar frente ao Congresso Brasileiro que os imigrantes japoneses que o país recebia nas primeiras décadas do Século XX, eram, de fato, arianos. Ela entendia que Raymundo Nina Rodrigues, racista e supremacista branco, poderia ser entendido como grande defensor de candomblé. Para a Giralda, não era contradição alguma o Brasil importar imigrantes “brancos” para “melhorar a raça” e, simultaneamente, ver nesses mesmos grupos uma ameaça mortal à nação. A visão de mundo de Giralda Seyferth não assinava posições estanques, essencialistas aos “atores históricos”.

Se Giralda evitava os essencialismos em seu trato dos eixos de produção identitária, ela também rejeitava a reificação das diferenças biológicas. Como meus instrutores americanos, Giralda entendia o racismo e outros biodeterminismos como produtos ideológicos enraizados na história da ciência enquanto processo político.



Diferente de meus instrutores em Madison (e Berkeley, e Boulder, e Nova Iorque...) porém, ela vislumbrava esses produtos com mais nuances, com maior profundidade histórica, e com muito mais concentração nelas enquanto ideologias. Giralda buscava as raízes dos eixos da diferenciação humana no mundo clássico da bacia do Mediterrâneo e seguia a construção dessas no Ocidente, através da História, antes de chegar nas sociedades coloniais e escravocratas das Américas. Ela também era resolutamente antiessencialista. Talvez por causa disto, ela tratava a produção das raças e do racismo como processo intelectual, prestando muita mais atenção nisto que costuma ser o caso na academia americana, pelo menos na minha experiência.

Um ponto de virada em meu próprio engajamento com os biodeterminismos foi quando Giralda insistiu que eu lesse os clássicos do pensamento racista: o *Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas* de Arthur de Gobineau (1855), *The Passing of the Great Race*, de Madison Grant (1916), e *Minha Luta*, de Adolf Hitler (1925). “Como é que você pode dismantelar os argumentos desses autores,” ela falava, “se não tem



a mínima noção do que eles são?”. Embora uma pergunta óbvia, ninguém nunca a tinha feito em toda minha carreira acadêmica até aquele momento. E hoje, 15 anos após do início de minha própria carreira como professor, me encontro cercado por alunos sinceros, antirracistas, que nunca ouviram pergunta semelhante.

Giralda era intelectualmente muito sedutora, simplesmente por tratar, com um empiricismo eficaz e *matter of fact*,<sup>2</sup> temas que costumavam ficar enterrados em enormes massas de *bullshit*<sup>3</sup>. Meu velho mentor na UW Madison, Professor Herbert Hill,<sup>4</sup> gostava de falar que o renomado escritor afro-ameriano Richard Wright uma vez lhe contou o “segredo sobre raça”. De acordo com Wright, “O grande segredo sobre raça é que todo mundo mente, porra”<sup>5</sup>. Giralda não mentia sobre a raça, nem sobre a nação, a etnicidade, ou a identidade. Ela construiu uma carreira que desnudava não tão somente os vários mitos da identidade brasileira, mas também os vários antecedentes e substitutos propostos.



Por causa de sua honestidade, a obra de Giralda era muito apreciada por atores bastante diversos nas lutas intermináveis sobre a (des)construção do povo brasileiro. Inúmeras vezes, tenho participado de seminários e conferências de orientação pan-africanista, e,

---

<sup>2</sup> A característica de algo que pertence a esfera dos fatos, distinto das esferas de opinião ou conjectura.

<sup>3</sup> Entendo *bullshit* seguindo a definição do filósofo moral norteamericano, Harry Frankfurt, como um modo discursivo distinto, que mistura promiscuamente mentiras, verdades, e artifícios de retórica com a intenção única de impressionar ouvintes e manipular suas opiniões.

<sup>4</sup> [https://en.wikipedia.org/wiki/Herbert\\_Hill\\_\(labor\\_director\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Herbert_Hill_(labor_director)).

<sup>5</sup> The great secret about race is that everybody fucking lies.

no meio da denúncia da “sociologia branca”, um ou outro palestrante falaria com o maior respeito das contribuições de Giralda Seyferth, “que claramente demonstravam o intuito racista das políticas migratórias brasileiras”. De fato, a Giralda era implacável em sua análise de como as políticas brasileiras sobre a imigração eram atreladas ao sistema escravocrata e, mais tarde, a propostas eugênicas e racistas. Mas ela também salientava como essas políticas exploravam os imigrantes que chegaram em *terras brasilis* e como o mito dos “brancos que construíam o Brasil” foi erguido, gerações mais tarde, como patina que ocultava as ambiguidades da integração de populações consideradas ora salvadoras, ora ameaças. Giralda rejeitava os essencialismos reificantes, particularmente quando esses envolviam seu próprio grupo de origem. Mas isto não quer dizer que ela tratava os micro-fascismos de outros grupos com mais paciência.

Muitas vezes, eu tive a sensação de que Giralda era tão disciplinadamente clássica em termos de suas teorias e metodologias que ela se transformava em uma intelectual radicalmente ponta de lança. Para que o interseccionalismo, por exemplo, quando você conhece tão bem Max Weber? Em anos recentes, as ciências sociais brasileiras têm passado por uma pressão cada vez maior dos vários movimentos negros e indígenas que perguntam, com razão, porque os cientistas sociais, na sua maioria brancos, se fascinam tanto com o estudo de grupos étnicos e raciais não brancos? “Cadê a tradição dos estudos de brancura no Brasil?”, indagam. E a obra de Giralda é a resposta. Ela é reconhecida como pioneira em retratar como as políticas e os estudos históricos de imigração, no Brasil, eram subservientes a um projeto nacional com raízes francamente racistas. Poucos ainda percebem, porém, de como a obra de Giralda Seyferth é um longo discurso sobre como a *brancura* é imaginada, construída e reforçada no Brasil. Os múltiplos estudos dela sobre imigração e as culturas camponesas são absolutamente chaves para qualquer investigação que busca questionar e desconstruir a hegemonia do imaginário branco em nosso país. A obra de Giralda nos permite falar em *brancuras*, plurais, e – inclusive – nos brancos considerados como negativos, degenerados, nocivos, e arcaicos:

aquilo que os estadunidenses rotulam de *lixo branco*; os “brancos” com pouco ou nenhuma brancura<sup>6</sup>.



Giralda era capaz de forjar sua própria mistura de empiricismo e idealismo alemão porque seus conhecimentos se estendiam para muito além de seus interesses mais imediatos. Mas era seu conhecimento enciclopédico da história da formação do Brasil, particularmente em termos

de suas ideologias e marcadores de identidade que realmente impressionava. Visitar Giralda com um problema de pesquisa era como abrir uma caixinha de sucrilhos: sempre tinha uma surpresa te esperando. Muitas vezes, um seu comentário meio que aleatório sobre um assunto poderia abrir novas visões intelectuais, se não novos campos de estudos. Todos os seus orientandos têm histórias dessa natureza, mas vou contar uma das minhas.

Logo no primeiro semestre de meu mestrado, eu me reunia com Giralda para discutir algumas perguntas que tive acerca da imigração no Brasil. Na sala de aula, Giralda reiterava como, durante o Império, o governo brasileiro buscava imigrantes que fossem brancos, camponeses, e católicos. Eu queria saber porque não investiram no recrutamento de colonos irlandeses, uma vez que esses preenchiam todos os pré-requisitos e, ademais, a Irlanda sofria,

---

<sup>6</sup> Devo dizer aqui que, no maior estilo seyferthiano, rejeito a noção de que existe alguma diferença entre *brancura*, *branquitude* e *branquidade*. Essa diferença é supostamente expressa através da noção de que um ou outro desses vocábulos representa o “fato biológico” de ser “branco” enquanto o outro ou outros representam seus coordenados ideológicos. Todavia, como até a investigação mais superficial do conceito de raça demonstrará, a pele clara nunca foi condição suficiente para ser “branco” e, no Brasil, nem mesmo foi condição necessária. A biologia “branca” é e sempre foi construída ideologicamente: não existe nenhuma fundação biológica fixa.

na época, de superpopulação?

“Ahn, mas tentaram recrutar”, dizia Giralda. “Não deu certo, pois os irlandeses não eram obedientes. De fato, deu tão errado que, para o resto do período imperial e indo até os dias da República, os irlandeses eram taxados como ‘aventureiros’ e, portanto, péssimos imigrantes. O Brasil tentava ativamente repulsar os irlandeses.”

Isto foi meu primeiro contato com a história da “Revolta dos Mercenários” de 1828,<sup>7</sup> e o comentário de Giralda me empurrou para a Biblioteca Nacional e sua coleção de jornais antigos para pesquisar mais sobre o assunto. Isto, por sua vez, me levou a conclusão de que tinha tipos variados de *gringos* no Brasil e de que a palavra “gringo”, em si, era uma espécie de significador flutuante, semelhante ao *Fremde* de Simmel. E isto, enfim, me levou a fazer as seguintes perguntas: quais estrangeiros brancos *não eram* bem-vindos no Brasil e sob quais condições; como eram esses construídos, ideologicamente, na mídia popular e no campo das políticas públicas? Essa pergunta tem orientado boa parte de minha pesquisa subsequente, agora com quase 15 anos de duração, sobre o turismo sexual e o tráfico de pessoas.

Quando soube de meu interesse no assunto, Giralda me deu uma monografia que ela escreveu, décadas antes, sobre uma revolta numa colônia no sul, liderada por um imigrante irlandês. A publicação estava lá, colecionando poeira numa estante em seu escritório e hoje tem um lugar de destaque na minha estante de documentos referente a gringos.

Me pergunto quantos outros ovos de Colombo jazem nos arquivos de Giralda, esperando sua descoberta por pesquisadores futuros.

Se Giralda teve um calcanhar de Aquiles, um ponto fraco, era o fato de que ela não escrevia textos em idiomas “internacionais” como francês ou inglês. Por causa disto, sua produção tinha pouca representação na antropologia global, mesmo naqueles círculos que teriam mais aproximação com seus temas – brasilianistas que estudam raça, etnicidade, e imigração,

---

<sup>7</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta\\_dos\\_Mercenários](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_dos_Mercenários).



por exemplo. Fico particularmente frustrado quando leio as obras de cientistas sociais norte-americanos, por exemplo, que martelam no ponto da suposta aceitação quase universal do “mito da democracia racial” nas ciências sociais brasileiras. Essas quase nunca mencionam

Giralda, e tenho a distinta impressão de que a maioria deles nem sabe de sua existência, embora cite as obras de pesquisadores brasileiros muito menos contundentes. Isto é uma pena, pois em quase todos os casos deste tipo que conheço, a produção de Giralda seria muito mais profícua para abordar os temas retratados que a bibliografia brasileira costumeiramente empregada nestes textos.

Mas tem uma característica final de Giralda Seyferth, que não aparece em seus trabalhos, mas que é reconhecida por absolutamente todo mundo que a conhecia: isto seria sua tremenda generosidade e humildade enquanto intelectual. Giralda manteve um forte diálogo como seus colegas do Museu Nacional e das ciências sociais em geral, mas ela se destacava por ser generosa com seu tempo e suas energias com os movimentos sociais, os membros dos quais, muitas vezes, a adoravam. Convidando Giralda para um evento – mesmo local e de pequeno porte –, você sabia que, se fosse possível, ela estaria lá. Tratou todos como interlocutores iguais: colegas, alunos, intelectuais orgânicos de movimentos sociais... Giralda Seyferth tinha o verdadeiro espírito de intelectual público que sabia que seus estudos tinham que ser colocados à disposição da sociedade, e que a produção do conhecimento não é um monopólio da universidade. Era membro fundador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM), que tem se transformado em referência no campo e que aglomera uma grande variedade de intelectuais, ativistas, acadêmicos e simples curiosos em torno da investigação e da análise das migrações.

Essa generosidade também se traduzia numa atitude liberal e compreensiva com seus orientandos, muitos dos quais se engajavam em projetos que não eram, estritamente, do interesse de Giralda, mas que encontraram nela uma guia intelectual de primeira classe.

Hoje, percebo que conheci a grande maioria de meus maiores amigos, aliados e interlocutores através de Giralda, ou na sua sala de aula (onde conheci minha parceira, Ana Paula da Silva), ou nos eventos em que ela participava. Atualmente existe uma ampla rede de pessoas, estudiosas de raça, etnicidade, migrações, cultu-



ras campesinas, e nacionalismos cujo ponto de contato central é a pessoa e a obra de Giralda Seyferth. É meu maior desejo que, neste mundo cada vez mais precário, onde os biodeterminismos e chauvinismos voltam a assombrar o futuro da humanidade, consigamos trabalhar juntos para levar o legado de nossa mentora e amiga para uma nova geração de pensadores.

#### REFERÊNCIAS

FRANKFURT, Harry. *On Bullshit*. Princeton University, 2005.

SCHÜSSLER-FIOREZA, Elisabeth. *But She Said: Feminist Practices of Biblical Interpretation*. Boston: Beacon Press, 1993.

SILBER, Glenn. *The War at Home*. Madison, Wisconsin, 1979.

# Muito além da Imigração: Campesinato e Etnicidade na obra de Giralda Seyferth

*Miriam Santos*

## O CAMPESINATO NA OBRA DE GIRALDA SEYFERTH

Na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada em 2010 em Belém, muitas pessoas estranharam o tema da palestra da prof<sup>a</sup> Giralda Seyferth: “Campesinato e o Estado no Brasil”. Igualmente houve estranheza quando da sua participação no Congreso da ALASRU realizado no mesmo ano em Porto de Galinhas.

Giralda Seyferth era uma pesquisadora que se interessava por uma ampla gama de temas: Pensamento Social Brasileiro, Etnicidade, Gênero, Socialização e Campesinato, que normalmente conversavam com seu objeto empírico mais frequente que eram os imigrantes alemães e seus descendentes. Suas principais linhas de pesquisa foram: colonização, campesinato, imigração, imigração alemã, nacionalismo e racismo. Mas como sempre foi extremamente discreta sobre seus trabalhos e coordenou por vários anos o GT de Migrações Internacionais da ANPOCS, acabou associada apenas a esse tema.

Suas pesquisas etnográficas, realizadas no Vale do Itajaí-Mirim em Santa Catarina, ofereceram instrumentos para compreender os processos de constituição, as formas de organização e as estratégias de reprodução

desta sociedade de imigrantes-camponeses, envolvendo desde problemas de transmissão de patrimônio e organização societária até referenciais de identidade de grupo.

Existe uma anedota que diz que o ovo de pata é maior e mais saudável que o ovo de galinha, mas a pata coloca seu ovo silenciosamente enquanto a galinha cacareja, o que faz com que seu ovo seja mais popular que o da pata. Giralda não chamava a atenção para o seu trabalho, mas era excelente em tudo o que escrevia. Seus trabalhos sobre campesinato anteciparam em décadas os debates atuais sobre pluriatividade.

Quando perguntada, ela respondia que estudava um campesinato etnicamente diferenciado. No evento intitulado “Dois dedos de prosa: campesinato e migração” afirmou: *Falo de um campesinato bastante específico que é aquele que deriva da colonização estrangeira no Sul do Brasil.*

Em uma outra ocasião, explicou que, enquanto a maioria de seus colegas de mestrado no Museu Nacional foi estudar o campesinato no nordeste, ela fazia o mesmo no sul do Brasil. Se observarmos as edições da publicação Comunicação do PPGAS, que atualmente estão digitalizadas e disponíveis na página do programa, veremos que esse raciocínio faz sentido. No número 7, encontramos um artigo da Giralda: “Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários”, que dialoga muito com o texto de Rosilene Alvim que se encontra no número anterior: “Família e operários de origem camponesa: uma leitura da ‘crise do Brasil arcaico’”.

Em um Fórum sobre Campesinato na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, ela declarou: *Eu trabalho não com o camponês, mas com uma das representações possíveis do camponês. E, no caso, um camponês específico de origem europeia: o colono. Talvez*



a sua grande percepção de pesquisa tenha sido justamente essa, ver não o camponês, ou o imigrante alemão, mas o imigrante que era simultaneamente camponês.

E, para explicar esse camponês “eticamente diferenciado”, ela escreveu trabalhos magistrais sobre raça, etnia e construção da Nação, o que explica que seja de Giralda o verbete “etnia” no Dicionário Brasileiro de Ciências Sociais.

Seus estudos sobre o “colono-operário” (SEYFERTH, 1974) precedem em décadas os trabalhos da Sociologia Rural Brasileira sobre Pluriculturalismo e são parte significativa da bibliografia deles. Pode-se dizer que é impossível realizar um bom trabalho sobre o campesinato do sul do Brasil sem citar os trabalhos de Giralda Seyferth e especialmente seus estudos sobre os “colonos-operários”.

Nas palavras dela:

Colonos-operários – a maioria da população rural. São aqueles colonos que possuem terras de lavoura em pequena ou média quantidade (nos padrões locais) e por isso têm membros da família que trabalham como assalariados nas indústrias locais ou de cidades próximas. A maioria deles não tem “safra” (ou, quando têm, esta não é suficiente para assegurar uma renda compatível), e a policultura atende, principalmente, à subsistência do grupo doméstico, só excepcionalmente produzindo excedentes para venda (SEYFERTH, 1992).

Explicitando mais ainda:

Trata-se daqueles trabalhadores que na literatura especializada são conceituados como worker-peasants, e cuja atividade é designada como part-time farming – isto é, operários que se dedicam em tempo parcial à lavoura na pequena propriedade familiar (SEYFERTH, 1992).

Em outro artigo ela clarifica a ideia, dialogando com os conceitos clássicos dos estudos de campesinato, tais como trabalho acessório e migração pendular:

Os colonos, mesmo trabalhando nas fábricas, não abandonaram totalmente a exploração da sua propriedade agrícola. Da mesma forma que antes dedicavam uma parte do seu tempo

às atividades acessórias, no início da industrialização eles encararam o trabalho na fábrica como uma complementação daquilo que obtinham com suas lavouras [...] Assim, o colono-operário não abandonava sua casa para ir residir próximo à fábrica onde trabalhava: preferia o deslocamento diário de até quilômetros. Mantinha-se como Pendler, só que agora permanece fora da propriedade por algumas horas, enquanto que antes a demora era de dois a três meses por ano, conforme o trabalho (SEYFERTH,1999, p. 138).

Nestes textos Seyferth aponta o que também foi observado por Garcia Jr. em outro contexto empírico (1990): É o trabalho fora da propriedade camponesa, que muitas vezes fornece as condições para a sua manutenção e reprodução .

Também são fundamentais na sua obra duas categorias centrais no estudo do campesinato: o trabalho familiar e a relação com o mercado.

Nos trabalhos mais antigos observamos um diálogo com textos de Sociologia Rural e sobre a realidade de Santa Catarina e um trabalho bastante calcado no material empírico. Em Seyferth (1985) encontramos:

Na família camponesa de três gerações a autoridade do pai é indiscutível, principalmente no que concerne ao controle da economia doméstica e a herança da terra. Sua autoridade também deriva do fato de ser ele o proprietário legal das terras (juntamente com a sua mulher, pois o casamento se realiza, quase sempre, com comunhão de bens) apesar das afirmações feitas acerca da “propriedade familiar” na qual todos produzem e da qual todos usufruem. Sob qualquer circunstância, os filhos (mesmo os adultos), estão sujeitos à autoridade paterna, que só se dilui após o casamento e quando a regra de residência é a neolocalidade (p. 17).

Nesse trabalho observamos que as falas das entrevistas são frequentemente citadas, e aparece uma primeira exploração do material de campo ainda não trabalhado no mestrado e no doutorado.



Fator fundamental para a própria condição camponesa, a família e a agricultura familiar são analisados por Seyferth em diversos trabalhos (1985, 1992, 1999, 2009a, 2009b, 2014), sempre dialogando com os clássicos. Contudo, nos trabalhos posteriores predominam a teoria e uma tendência à generalização, mesmo que o principal referencial empírico continue sendo os imigrantes alemães em Santa Catarina e seus descendentes:

Tradicionalmente, a literatura teórica sobre campesinato definiu a fazenda camponesa como uma unidade básica de produção, consumo e vida social, característica estruturante também da divisão do trabalho – conforme a coletânea organizada por Shanin (1971) – algo muito próximo da concepção legal do lote colonial. À parte as questões conceituais, objeto de permanente revisão nas ciências sociais sem que se concretize o vaticínio do fim dos camponeses no mundo globalizado, a representação que os colonos construíram acerca da colônia fornece respaldo empírico para essa concepção teórica de unidade (SEYFERTH, 2009a).

E mais adiante, explicitando a divisão do trabalho segundo gênero e grupos etários:

A divisão do trabalho tem correspondência com a estrutura familiar e só os muitos idosos e as crianças pequenas estavam excluídas das atividades agrícolas. A horta e o cuidado com os animais domésticos e a casa são tarefas de mulheres e crianças; a derrubada/queimada e o preparo da terra para o plantio estão no domínio masculino. Mas a roça também é o lugar de trabalho de mulheres e crianças em atividades como capina, plantio e colheita. Podem ser mencionadas também algumas atividades coletivas, sobretudo as mais rotineiras – obter forragem para os animais, ordenha, debulha do milho etc., ou, no caso dos fumicultores, o preparo das folhas de tabaco (SEYFERTH, 2009a).

Ao observarmos a bibliografia desse artigo percebemos que são referenciadas obras sobre as diversas imigrações europeias para o Brasil, e não apenas a alemã. Amplia-se a base de comparação e a generalização. A autora chama a atenção para determinadas características que muitas vezes são pensadas como “europeias”, mas que na realidade são “camponesas”.

Em um outro texto (SEYFERTH, 2011, p. 400), após apresentar o debate teórico sobre o conceito de campesinato, Giralda conclui:

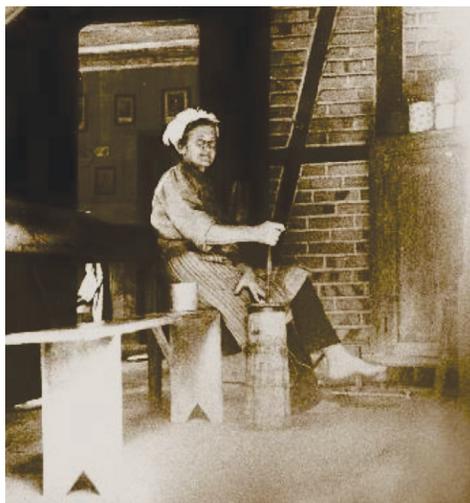
Assim, a questão do “trabalho familiar” é central na discussão sobre a pequena produção camponesa que não é necessariamente geradora de uma formação (econômica) particular, pois adapta e interioriza a seu modo princípios econômicos mais gerais. O caráter familiar (da economia) aponta para uma unidade de produção em que a atividade econômica está baseada em dois princípios diferentes e aparentemente contraditórios. Os produtos podem ser avaliados por seu valor de uso ou de troca, isto é, os padrões de produção são influenciados por considerações acerca do “lucro” e pelas necessidades de subsistência mais imediatas, o que torna a unidade doméstica camponesa um tipo particular de unidade produtiva.

Trabalho acessório, trabalho familiar, migração pendular, agricultura familiar são temas normalmente discutidos pelos teóricos do campesinato. Acompanhar os trabalhos de Giralda ao longo do tempo é perceber como ela vai passando do particular para o geral, como vai aumentando o seu referencial teórico e como estava sempre prestando atenção em tudo que era publicado na sua área de atuação.

Em um texto de 2011, Seyferth vai destacar a importância do Estado para a constituição e a manutenção do campesinato. Procura determinar qual o papel do Estado na formação de camponeses que também recebem (ou se atribuem) rótulos étnicos. Utiliza não apenas os estudos clássicos sobre o campesinato, mas os teóricos da ciência política para demonstrar com maestria a interligação entre o local e o nacional.

Procurei mostrar, de forma muito breve, o efeito de políticas públicas, voltadas para a ocupação e a consolidação do território nacional, na formação de um campesinato “de origem” europeia no sul do Brasil. A etnização, neste caso, foi problemática e condenada, diante do apelo assimilacionista do nacionalismo (principalmente republicano), cujo paroxismo ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945) com a campanha de nacionalização, reprimindo as etnicidades (produzidas pela imigração em geral) inclusive com o uso de efetivos militares, situação bem diferente do contexto atual de reconhecimento de algumas delas. Por isso, é interessante mencionar pelo menos uma das novas formas de campesinato étnico reconhecidas pelo Estado: os “remanescentes de quilombos” ou “quilombolas”, expressão associada aos direitos de posse da terra a comunidades afrodescendentes, categoria ancorada no passado escravista, substituindo o indicador racial.

Trata-se, de fato, de um fenômeno de reterritorialização possibilitado pela Constituição de 1988, que também abriu espaço para reivindicações de outros grupos minoritários [...]. O reconhecimento de direitos territoriais de grupos etnicamente configurados assegura a posse da terra para grupos camponeses que legitimam uma nova identidade. Desse processo de reconhecimento participam lideranças locais, mediadores (ONGs inclusive) e agências governamentais.



Ou seja, o mundo camponês não é estático. A economia camponesa está inserida no sistema mundial, mas, de um modo específico e a partir de suas próprias demandas, é possível observar também que com a modernidade há um exacerbamento da diversidade rural.

Por outro lado, o papel do Estado na conformação de certos campesinatos, exemplificado pelas políticas públicas que conduziram a colonização estrangeira no sul do Brasil, aparece até com mais clareza nas atuais territorializações de grupos rurais que recorrem aos dispositivos constitucionais de 1988, reconstruindo suas identidades. No caso apresentado, fica evidente a importância atribuída às diferenças culturais e sociais que destacam valores e comportamentos dessemelhantes e atitudes próprias da existência camponesa, as quais emergem às vezes com mais consistência nas situações de mudança, reforçadas pela simbólica da etnicidade (SEYFERTH, 2011, p. 413).

Ao entrelaçar cultura, economia, política e etnicidade nas suas explicações sobre o campesinato brasileiro, Seyferth pensa o campesinato como um “fato social total” (MAUSS, 2003) que não pode ser explicado sem a análise de seus múltiplos fatores. Mas sobretudo contextualiza, mesmo quando procura apresentar conceitos mais gerais, e é emblemático que seus trabalhos tragam sempre referências a historiadores e geógrafos e que frequentemente comecem falando de imigrantes alemães do Séc. XVIII e terminem com questões do Séc XX, tais como terras de quilombo, refugiados e a lei de migrações.

Enfim, podemos dizer que seus trabalhos compartilham uma pesquisa séria e cuidadosa, rigor metodológico, domínio teórico e uma preocupação com a contextualização dos fatos e a atualidade dos dados apresentados. É tudo aquilo que se espera de uma pesquisadora que sempre foi uma grande intelectual, em todos os sentidos.

## REFERÊNCIAS

GARCIA JR, Afranio. *O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, nova série, 1984.

SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional. Zoologia*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 1-27, 1985.

SEYFERTH, G. Aspectos da proletarianização do campesinato no Vale do Itajaí/SC: os colonos- operários. In: LOPES, J. S. L. (Org.). *Cultura e identidade operária*. São Paulo: Marco Zero, 1987.

SEYFERTH, G. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Revista BIB*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 3-55, 1988.

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise das representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 7, p. 78-96, 1992a.

SEYFERTH, G. Trabalho assalariado, trabalho artesanal e campesinato. *Antropologia Social Comunicações do Ppgas*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 127-145, 1992b.

SEYFERTH, G. Etnografia de um sistema lógico: a lavoura camponesa dos sitiantes de Sergipe. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 97, 1999.

SEYFERTH, G. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, E. F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Ed. UnB, 2004, p. 69-150.

SEYFERTH, G. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. V. II: Formas Dirigidas de Constituição do Campesinato. São Paulo: Editora UNESP, 2009a. p. 39-63.

SEYFERTH, G. Colonização européia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC). In: GODOI, Emília Piedrafesa de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. V. I, Construções identitárias e Sociabilidades. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2009b. p. 275-295.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, ago. 2011.

SEYFERTH, G. 'Família, condição feminina e imigração'. In: *Fazendo Gênero 10*. Desafios dos feminismos, 2013, Florianópolis, v. 1, p. 1-15, 2014.

SEYFERTH, G. Trabalho familiar, comércio e reprodução social camponesa. In: Zanini, M. C. C. (Org.). *Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis*. São Leopoldo: Oikos/CAPES/CNPq, 2015. p. 9-31.

# “O colono compra a ferradura pagando com o cavalo”<sup>1</sup> – A liberdade como valor e representação e a autoexploração como prática: uma leitura da obra de Giralda Seyferth sobre os campesinatos do sul do Brasil

*Maria Catarina C. Zanini*

Este breve artigo tem por objetivo estabelecer um diálogo com a obra de Giralda Seyferth (1943-2017) por meio da reflexão acerca de algumas noções que me são muito caras e que se fazem presentes em sua interpretação dos campesinatos do sul do Brasil. Para mim, que também estudo esse tema, tais noções remetem à profundidade do conhecimento e à sensibilidade da autora para com esses coletivos, suas cosmologias, ordens de mundo e historicidades. Seyferth, baseada em pesquisas etnográficas realizadas entre camponeses alemães e italianos (especialmente alemães) no Vale do Itajaí-

---

<sup>1</sup> Essa frase é citada por Seyferth, referindo-se ao campesinato de Brusque, no estado de Santa Catarina (SEYFERTH, 2015, p.17). Seyferth relata que essa frase estaria num manuscrito sobre a vida em Brusque, de 1886, apontando para as assimetrias nas relações mercantis entre colonos e comerciantes locais.

Mirim (que teve sua colonização iniciada em 1860), em Santa Catarina, no sul do Brasil, chama a atenção para vários aspectos presentes nesse campesinato (ou campesinatos), tais como:

1. Sua formação vinculada aos processos migratórios<sup>2</sup> ocorridos na segunda metade do século XIX e início do século XX e ao importante papel desempenhado pelo Estado em sua configuração, especialmente na criação do espaço geográfico, político e social denominado “colônia”<sup>3</sup> e na identificação dos imigrantes como colonos. Esses campesinatos devem ser, portanto, histórica e situacionalmente compreendidos.

2. A relevância das etnicidades, das construções identitárias, das noções de origem e raiz para esses campesinatos.<sup>4</sup> Nesse aspecto, a categoria colono assume um papel de destaque na obra de Seyferth. Ela configura e traduz aquele camponês que reivindica para si uma origem étnica diferenciada<sup>5</sup>.

3. A importância das organizações familiares. Seyferth nos remete à ideia de estrutura familiar camponesa e à importância das regras de sucessão para a

---

<sup>2</sup> No século XIX, segundo Seyferth (2002, p. 120), o imigrante representava a modernidade em contraposição à escravidão. O imigrante ideal era o agricultor que se deslocava com sua família. Este era concebido também como civilizador.

<sup>3</sup> Para Seyferth (1985, p. 8): “Numa oposição entre cidade e campo, o termo “colônia” designa a área rural; mas a nível da comunidade rural também tem um significado mais restrito e, diria, mais sociológico. Designa as terras, benfeitorias, residência, animais domésticos, plantações, etc., que, juntamente com o grupo doméstico, formam uma unidade básica de produção e consumo”.

<sup>4</sup> Nesse sentido, Seyferth enfatiza que o “pertencimento a cada uma das identidades étnicas é definido a partir de elementos como a língua falada no âmbito das relações familiares, os hábitos alimentares e outros costumes, os estereótipos associados à condição étnica etc. Distinguem-se, desse modo, alemães, italianos e polacos e, entre os alemães, os badenses” (1992, p. 90–91).

<sup>5</sup> Diz Seyferth (1993, p. 38): “A identidade social, portanto, se expressa através da categoria colono, que possui um duplo significado: aparece como indicativa, em algum grau, de uma condição camponesa e, neste caso, são os valores camponeses que presidem sua definição; ao mesmo tempo possui um conteúdo étnico irredutível, que pressupõe uma distintividade cultural e, em certa medida, também racial, em relação àqueles brasileiros denominados caboclos”.

manutenção das propriedades enquanto unidades produtivas e, idealmente, autossuficientes. Nesse sentido, a noção de família é algo extremamente importante<sup>6</sup>.

4. O autogerenciamento, a autogestão e a transmissão do gosto, dos saberes do trabalho com a terra e com as atividades das propriedades rurais (no caso das propriedades que agregam turismo e agroindústria, por exemplo)<sup>7</sup>.



5. A liberdade como valor e a autoexploração como prática, que serão por mim mais detalhadamente exploradas neste artigo e que, com relação ao estudo desses campesinatos, mais me provocam. Por que os camponeses se submetem a jornadas de trabalho tão estafantes, fazem uso do corpo como uma ferramenta incansável e se privam, muitas vezes, das riquezas acumuladas? Por que reproduzem a condição camponesa mesmo tendo, não raras vezes, prejuízo?

6. O trabalho concebido como uma virtude étnica narrada e transmitida enquanto um valor extremamente importante e fundante da condição de camponês/colono<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> De acordo com Seyferth (1985, p. 8), a “concepção de família camponesa está estreitamente ligada à ideia de colônia, mesmo quando a posse de pequena quantidade de terras leva à proletarização parcial. Constitui a própria caracterização desse campesinato, onde o trabalho familiar tanto quanto a propriedade da terra são extremamente valorizados. A colônia, nesse contexto, é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço da família”.

<sup>7</sup> Seyferth alerta que: “De qualquer modo, o passado comum, relatado como experiência pioneira, repleta de dificuldades e lutas, é um dos elementos fundamentais na elaboração da identidade de colono (1992, p. 80)”.

<sup>8</sup> Para a autora (SEYFERTH, 1993, p. 47), as “representações atuais sobre os pioneiros, fundamentadas no reconhecimento das condições objetivas do processo de colonização, já referidas, estabelecem um *ethos* do trabalho em que as virtudes camponesas se transfor-

7. A terra como força produtiva e simbólica, geradora de continuidades e rupturas nesse mundo camponês<sup>9</sup>. Terra, trabalho, família e migração<sup>10</sup>, em algum sentido, estão intimamente conectadas<sup>11</sup>.



Como realizo pesquisa entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, que guardam similaridades com o campesinato apresentado por Seyferth, a autora é constante companhia em minhas reflexões e compreensões acerca do que tem ocorrido historicamente com esses sujeitos e das dinâmicas

de seu mundo do trabalho, de seu modo de vida e de suas estratégias de

---

mam em virtudes étnicas. Neste caso, a principal característica do colono pioneiro é sua capacidade de trabalho, concebida geneticamente, e traduzida na transformação da floresta em colônia (tanto no seu sentido amplo quanto restrito). Nesse sentido, colonizar significa civilizar – os “imigrantes pioneiros”, principalmente os alemães (dada a sua precedência sobre os demais), são apresentados como trabalhadores mais capazes e superiores do que os bugres, caboclos e brasileiros em geral”.

<sup>9</sup> Seyferth (1985, p. 14) aponta: “Nesse caso, a estrutura da família é determinada por um conjunto de fatores ligados à herança da terra e à característica fortemente patriarcal desse campesinato. Os acertos em torno da herança são variados e têm a ver com as condições locais de escassez de terras, com a demanda regional de mão-de-obra fora da agricultura e com as estratégias de reprodução mais ligadas à tradição de origem dos imigrantes”.

<sup>10</sup> Diz a autora que a “migração intrarregional para as cidades surgidas nos núcleos coloniais – portanto rural-urbana, – a dupla atividade dos operários-camponeses, e os deslocamentos para novas colônias, constituem as três principais formas de mobilidade espacial observáveis na longa duração do processo colonizador” (2012, p. 100). Para Seyferth, a migração é uma “estratégia de reprodução social que, ao mesmo tempo, reconfigura a “comunidade camponesa” e suas relações fora do espaço rural” (2012, p. 101).

<sup>11</sup> Seyferth (1992, p. 80-81) salienta: “O mito do apego à terra tem sido acionado para distinguir os colonos dos cidadãos, mas a identidade desse campesinato tem como suportes fundamentais o pioneirismo dos antepassados, a propriedade privada da terra, o trabalho familiar e a policultura”.

sobrevivência. Embora, devido aos contextos históricos, geográficos, ambientais e culturais específicos, nem sempre a trajetória desses emigrados europeus seja similar, sempre é profícuo dialogar com Seyferth e observar como, apesar das diferenças, os camponeses, para sobreviverem e se reproduzirem socialmente,



tendo a terra e a família como elementos são vitais, desenvolvem estratégias e agências<sup>12</sup> específicas. Algumas delas são sofridas e tensas, como as regras de transmissão de patrimônio (a herança), por exemplo, que, no decorrer da história, têm gerado os deserdados, que são tão importantes para a reprodução da condição camponesa quanto os herdeiros. Como bem ressalta a autora,

a colônia é concebida como propriedade da família e seu significado extrapola qualquer consideração de ordem econômica: ela é representativa da identidade social do colono e da sua relação com a terra; ela expressa o enraizamento da família camponesa na comunidade local (1985, p. 23).

Nesse sentido as disputas, acordos e arranjos sobre a herança da terra são sempre momentos familiares tensos e delicados entre os camponeses do sul do Brasil, porque, em sua maior parte, sendo possuidores de poucas terras, eles têm que decidir a quais filhos estas serão transmitidas (ou não). Mesmo tendo o direito civil brasileiro estipulado regras igualitárias para a herança entre filhos, o que se observa é que há arranjos que se fazem levando em consideração gênero, ordem de nascimento, gosto pelo trabalho na terra e outras

---

<sup>12</sup> Compreendo agência, neste artigo, como aponta Ortner (2007, p.380), para quem: “*Agency* não é uma vontade natural ou originária; ela é moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados (culturalmente constituídos)”.

lógicas que são muito variadas e específicas do mundo camponês de origem europeia. É importante salientar a observação de Seyferth (1974) acerca da relevância da condição de colono-operário no campesinato por ela estudado para a reprodução da condição camponesa, mesmo com terras fragmentadas. É a possibilidade de entrada dessa renda advinda do assalariamento de algum membro da família que permite a renovada capitalização e manutenção das atividades nas propriedades. Trata-se do diálogo desses campesinatos com as lógicas de mercado e com a ordem capitalista mais ampla.

Eu salientaria, igualmente, o cuidado que Seyferth tem com os dados empíricos, sendo criteriosa na apresentação e na discussão acerca da construção conceitual de camponês ou campesinato, ainda mais quando se conjuga aos processos migratórios, que fazem parte da condição camponesa no sul do Brasil. Em muitos sentidos, a migração foi e é a condição necessária para a reprodução camponesa. Desse modo, quem estuda historicamente as migrações europeias ao longo do século XIX e início do XX para o sul do Brasil deve fazer um diálogo com a história agrária brasileira, pois grande parte dos emigrados eram camponeses na Europa e para cá vieram justamente para conseguirem reproduzir essa condição junto com algumas ordens de mundo específicas e muito valorizadas por eles, tais como a unidade familiar e a religiosidade<sup>13</sup>.

Na obra da autora, que pesquisou esses campesinatos desde a década de 70 do século passado, observa-se a importância que ela atribuía à historicidade

---

<sup>13</sup> Ressalta Seyferth (2016, s.p.): “A categoria imigrante aparece no campo político no momento de consolidação do Estado brasileiro, na década de 1840, por um lado associada ao povoamento do território e, por outro, ao trabalho livre, tendo em vista as diferentes necessidades do Império e de algumas de suas províncias. Antes desse período a palavra pouco aparece na legislação e nos escritos sobre a colonização estrangeira. O evento histórico aceito como marco inicial da imigração tem sido a fundação da colônia de Nova Friburgo (RJ) em 1819. A abertura dos portos, em 1808, porém, permitiu a entrada de estrangeiros e sua fixação em algumas cidades portuárias, engajadas em atividades comerciais”. Trabalho apresentado na Mesa Redonda *Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração*. 26<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

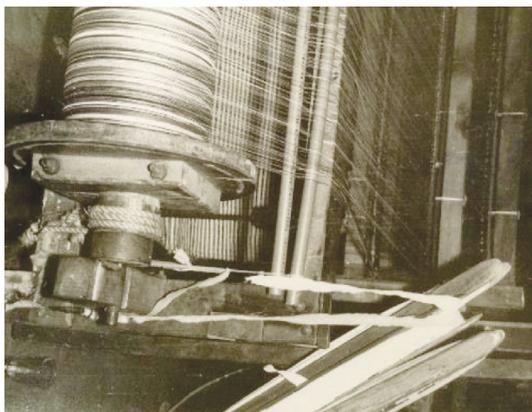
e às dinâmicas presentes nesses grupos que foram se “adaptando” às novas configurações do capitalismo, das regras de mercado e das tecnologias estatais. Isso também se verifica na constante busca e no diálogo de Seyferth com os estudos e pesquisas que se realizavam nas diversas regiões do Brasil em que esses campesinatos, dinamicamente, se constituíam e reconstituíam, em suas mobilidades, rearranjos e movimentos.

Referindo-se a Brusque, em Santa Catarina, Seyferth (1974, p. 96) aponta:

O colono, portanto, não produzia apenas para o consumo da sua família; ele produzia também para a venda e, por isto, estava sujeito a um controle de fora – exercido através dos vendeiros. A economia camponesa não é auto-suficiente, uma vez que depende da existência de um mercado. Se o mercado pode ser definido como o *lócus* da troca (cf. POLANYI, 1957, p. 266) ou se é mecanismo para facilitar a troca de bens e serviços e o “market place” é o local onde as transações concretas têm lugar (cf. MINTZ, 1959, p. 20), poderemos considerar as vendas como praças de mercado, desempenhando todas as funções a elas atribuídas.

#### A LIBERDADE COMO VALOR

Importante salientar que compreendo, como Seyferth, que a noção de liberdade é uma construção valorativa e discursiva muito acionada para aqueles que se mantêm na condição camponesa ou aqueles que para ela regressam após situações de trabalho assalariado no mundo urbano e/

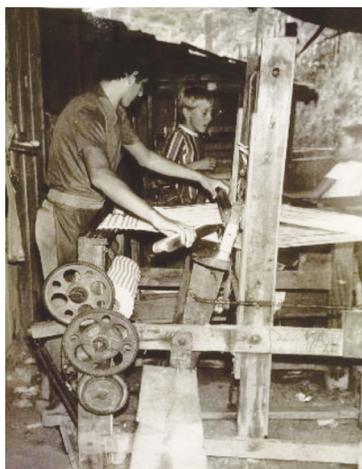


ou industrial. Como ressalta a autora no artigo *As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa* (1992), trata-se de uma “forma subjetiva de afirmar a identidade social de colono, na qual são ignoradas ou menosprezadas as condições objetivas de reprodução social”

(1992, p. 78). Ou seja, há toda uma forma de ser colono em que a liberdade como valor é acionada e constantemente valorizada e revalorizada. Para se compreender isso, penso ser importante olhar para esse campesinato historicamente, ao longo de sua constituição na conjuntura agrária, econômica e política brasileira, desde sua chegada, no século XIX (SEYFERTH, 1990). Isto é, seja entre os imigrantes alemães ou italianos, a vinda para o Brasil representou a possibilidade de se tornarem proprietários e senhores de terra e de si mesmos, coisa que, na Europa do século XIX, muitos não conseguiriam. E a quantidade de hectares que receberam como colonos no Brasil, em comparação com as propriedades europeias, era atraente. Assim, a liberdade como valor é algo que deve ser observado também como resultado de uma conquista advinda por meio do processo migratório de seus antepassados e cultivado como um valor importante até as presentes gerações.

Ressalta a autora:

De qualquer forma, a simbologia acionada nos discursos sobre essa identidade camponesa se refere ao trabalho e à liberdade: constrói a imagem do colono que, ao contrário dos assalariados puros, tem liberdade de escolha, porque não tem patrão nem horário, embora exerça um ofício que exige dedicação, trabalho árduo, conhecimento tradicional, amor à terra etc. (1992, p. 80).



Aliada à ideia de liberdade, observa-se também, nesse campesinato, um discurso valorativo e positivado acerca da autossuficiência, ou seja, daquela unidade familiar que, por meio do trabalho com a terra e em família, seria autossuficiente. Essa autossuficiência é algo complexo de se compreender, pois pode ser observada tanto do ponto de vista da unidade que se mantém a si mesma em termos da força produtiva como da autonomia em relação às regras, lógicas e

oscilações do mercado. No tocante ao trabalho, Seyferth (1974, p. 92-93) explica que havia também atividades comunitárias importantes e recíprocas:

O colono normalmente não encontrava auxílio espontâneo para derrubadas e queimadas ou para o trabalho nas roças. Eram tarefas que cada família tinha que fazer por si mesma. A construção da casa era talvez a tarefa comunitária mais importante. A primeira casa feita no lote colonial era de troncos de palmeira, coberta com palha, muito simples, e sua utilização era provisória. Sua construção era feita pelo colono. Quando este melhorava de situação, nova casa, agora de madeira ou enxaimel, era construída. Para esta é que obtinha auxílio dos vizinhos. O trabalho, contudo, era combinado após os serviços religiosos no domingo, na venda ou em alguma festa, mesmo que fosse entre proprietários vizinhos.

No artigo *Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil*, de 2009, Seyferth salienta o quanto a autoleitura da autossuficiência também é uma construção discursiva, pois, desde o início, os colonos tiveram que dialogar com o mercado, via vendedores e comerciantes (SEYFERTH,



2009, p. 57) e se submeter a determinadas lógicas comerciais. Tiveram que dialogar com o mercado para poder se capitalizar e/ou pagar o lote de terras e, posteriormente, para adquirir mais terras para as proles crescentes e numerosas. Nesse sentido, segundo a autora, a categoria “colono-forte” se transformava no símbolo maior da imaginada autossuficiência camponesa: seria aquele colono que se capitalizava e crescia economicamente e que adquiriria e mantinha maior quantidade de terras.

Para Seyferth, o discurso dos camponeses acerca da importância da liberdade e desta como um valor muito caro está, como ela ressalta, no domínio das representações. Um exemplo disso seriam as férias. Colonos dificilmente

tiram férias, pois têm que cuidar dos animais, das rotinas das propriedades e de toda uma gama de atividades que depende deles e de sua força física, diariamente. Ou seja, não há como se ausentar em família ou com muitos membros dela. Não há um descanso remunerado e permitido. Contudo, mesmo assim, a noção de liberdade como valor e prática não é questionada, e a necessidade de estar fisicamente trabalhando nas propriedades não é concebida como um empecilho à liberdade, mesmo em casos em que viagens ou férias se tornam algo irrealizável. Embora seja contraditório para quem observa as narrativas de fora, para os colonos não o é necessariamente, pois há toda uma lógica argumentativa e racionalizada que justifica tais práticas. Nesse sentido, observa-se aquilo que Seyferth já havia apontado (apoiada em Grignon): “a ideia de liberdade- mais do que tudo, de ser livre para tomar decisões- aparece especificamente em oposição aos assalariados...” (SEY-FERTH, 1992, p. 92). Ou seja, os colonos se definem como tendo liberdade de escolha por não estarem submetidos hierarquicamente a patrões e por poderem definir horários para suas atividades. Essa possibilidade é muito valorizada, e a “autonomia” frente ao processo produtivo também. A liberdade é, assim, algo que tem seu preço, bem como suas condições históricas e suas possibilidades de realização.



Como ressalta Seyferth, trata-se de uma “suposta liberdade”, que é acionada como justificativa para a permanência no campo e pelo gosto com o trabalho na terra e na propriedade rural. Embora se autoexplorando, com rotinas de trabalho exaustivas, sentem que trabalham para si e para a família, na geração de uma

mais valia “em casa” e para a casa (família), para os seus. Pergunta-se, então: Por que a liberdade é um valor tão caro a esses camponeses?

Para Seyferth:

As representações sobre a condição camponesa, valorizando a propriedade da terra, a policultura e a liberdade, porém, não conseguem escapar às contradições por ela impostas, que estão além da percepção da dominação exercida por representantes de outras classes. A naturalização da liberdade do pequeno proprietário rural se sobrepõe à consciência da dominação, observada nas críticas dirigidas aos comerciantes, aos especuladores e a uma entidade onipresente como o governo, ou no desalento com os rumos da mudança social. Os colonos, assim, se autodefinem como possuidores de liberdade de escolha, por não estarem submetidos a uma hierarquia de chefes e patrões, a um horário de trabalho. Mas essa suposta liberdade (que tanto pode acentuar a vida ao ar livre, a inexistência de horários de trabalho ou a condição de patrão de si mesmo) esbarra nas contradições geradas pelo sistema de produção que tem por base o trabalho familiar, a policultura com criação de animais (1992, p. 92).

Compreendo que, nesse sentido, Seyferth também aponta para possíveis respostas baseadas na historicidade dos campesinatos de origem europeia do sul do Brasil. No passado, a emigração de seus países, Alemanha ou Itália, representava a possibilidade de se tornarem proprietários, senhores de terra e de si mesmos e de manterem vivos determinados valores culturais e familiares. A emigração também foi uma estratégia para a reprodução da condição camponesa tendo a família como unidade produtiva coesa, sob a ordem patriarcal. Alguns emigrados eram, na Europa, sujeitos a condições servis de trabalho, e a migração se apresentava como uma forma de libertação também, sem senhores e patrões. Dessa forma, a liberdade é concebida como uma possibilidade de autonomia do processo produtivo, mesmo que idealmente. Sobre isso, alerta Seyferth (1992, p. 81):

Os colonos se identificam por oposição aos assalariados como patrões de si mesmos, livres, exercendo uma atividade árdua com dedicação e produzindo para alimentar a humanidade; mas também se opõem a uma outra classe de cidadãos, avaliados negativamente porque são considerados como proprietários moralmente ilegítimos de terras que mantêm incultas.



A autora também nos traz, nas palavras dos camponeses por ela estudados, algumas das lógicas discursivas presentes na construção dessas representações, tais como: “O colono é dono da terra onde planta. Não tem patrão”; “Ninguém manda no colono. Mesmo quem precisa arrendar, planta o que quer e

vende para quem quer”; “A roça é o divertimento do colono” (1992, p. 80). Nesse sentido, mesmo como construção ideal, a lógica dos argumentos sustenta a precariedade do trabalho camponês e sua pouca valorização, seja pela sociedade mais ampla, seja por eles mesmos. É comum o camponês não calcular o valor de sua força trabalho. E há forças de trabalho no conjunto das unidades familiares que são mais desvalorizadas ainda, tais como a feminina, concebida muitas vezes como “ajuda”, e a infantil, que é frequentemente invisibilizada. Isso nos faz refletir acerca desta “liberdade discursiva” e de sua importância como elemento decisivo na reprodução da condição camponesa.

#### A AUTOEXPLORAÇÃO COMO PRÁTICA

O trabalho, considerado uma virtude étnica, como aponta Seyferth, também faz parte das construções identitárias desses camponeses. O gosto pelo trabalho é concebido como um valor moral e civilizatório, que faz parte das autorrepresentações e é extremamente valorizado desde a socialização primária. Trata-se de um gosto, adquirido em família, na família e pela família. Fala-se aqui do trabalho manual, nas atividades das propriedades rurais. O trabalho intelectual, ainda hoje, é desconsiderado enquanto “trabalho” por grande parte desses camponeses.

A preguiça é algo condenável entre esses trabalhadores, e o contraste se dá na figura dos “brasileiros”, dos “caboclos” e de outras categorias concebidas

diacriticamente como menos simpáticas ao trabalho pesado e às disciplinadas rotinas do trabalho camponês, ao estilo europeu, que os colonos trouxeram de seus países de origem. Como ressalta Seyferth,

a ênfase no “trabalho familiar” como fator distintivo entre colonos e caboclos aparece nos discursos sobre o pioneirismo, atribuindo-se a ele o sucesso da colonização. A participação da mulher e dos filhos nas atividades agrícolas – o “trabalho de todos” – é considerado peculiar aos colonos e inexistente entre os caboclos (1992, p. 89).

Essa autoexploração, na lógica de uma mais valia negativa, é por eles racionalizada pelo aspecto positivo de um capital que circula, mesmo que pequeno. A utilização da mão de obra familiar também é uma realidade que dissolve os prejuízos, pois alguns pais compreendem que, além do



trabalho, estão ensinando um ofício para os filhos e trabalhando para o “bem comum” familiar (SEYFERTH, 1985, p. 10). Assim, esse “favor” e essa “ajuda” que circulam entre pais e filhos dispersa os prejuízos, fazendo com que a autoexploração e a exploração dos iguais seja vista como um gosto pelo trabalho, um dever entre dons e dádivas e também uma obrigação moral com a família. Como ressalta Seyferth (apoiada em GRIGNON, 1975), a lógica do camponês que é trabalhador e patrão ao mesmo tempo dilui a sensação de exploração, tornando-a um “mal necessário”. Nessa diluição, o que se observa é a prevalência de uma lógica familiar e moral sobre uma racionalidade econômica capitalista pura.

Para a autora, igualmente,

camponês e campesinato são palavras maiores, indispensáveis, úteis, mas também imprecisas e de árdua definição diante da diversidade do universo empírico ao qual estão referidas (2011, p. 395).



Isso porque, no cenário capitalista e agrário contemporâneo, que apresenta novas tecnologias no trabalho com a terra e novas demandas de conhecimentos, o campesinato também se refaz. Para Seyferth, a autoexploração é uma racionalidade particular e indispensável

nesse mundo do trabalho, em que o pai, muitas vezes, representa o patrão, e o corpo deve estar disciplinado para árduas jornadas de trabalho:

o camponês é explorado, mas também se autoexplora; ou nos termos do tratamento das contradições dadas por Grignon (1975) é explorado por adversários anônimos, por ninguém, por todos, por mecanismos abstratos, pelo mercado e até por “outros” representados por si mesmo (2011, p. 401).

Nesse aspecto, considero importante refletir acerca do corpo camponês levado à exaustão, na tentativa de dar conta da rotina de trabalho nas pequenas propriedades rurais do sul do Brasil, as quais, cada vez mais, assistem sua mão de obra jovem optar por outras atividades que não a de seus genitores e ancestrais. Além disso, com a fragmentação das propriedades, como assinala Seyferth (1987), a categoria de colono-operário (inspirada em Franklin, 1969) se torna uma realidade comum e almejada, muitas vezes. Nessa híbrida condição, como salienta Seyferth, são, paradoxalmente e ao mesmo tempo, “assalariados por um lado e donos dos meios de produção por outro” (1987, p. 107). A autoexploração deve ser pensada historicamente também, numa ideia de submissão que seria comumente associada à figura do camponês europeu. No princípio do processo colonizador do sul do Brasil, segundo Seyferth (2002, p. 120), o “bom colono” era aquele que amava o trabalho e a família e tinha respeito às autoridades, “além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc.”. Nessas hierarquias classificatórias, os alemães e italianos seriam os agricultores mais desejáveis. Estariam, como descreve a autora, “no topo da hierarquia” (2002, p. 120).

Nesse processo em que o colono é visto como civilizador e modernizador, sua capacidade produtiva é altamente valorizada, o que faz com que produtividade econômica e desenvolvimento estejam atrelados a sua presença e trabalho nessas regiões. No entanto, para manter essa produtividade e



esse desenvolvimento, os camponeses pagam um preço caro, com exaustivas jornadas de trabalho, um corpo exaurido e uma constante incerteza sobre a reprodução de sua condição entre as gerações mais jovens.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observa na obra de Seyferth acerca dos campeonatos do sul do Brasil é o quanto há uma dinâmica de permanência e de continuidade nestes, em processos que se desdobraram na história, em diálogo com a sociedade brasileira, as especificidades regionais e os ciclos do capitalismo. Temporalmente situados, enfrentando situações políticas adversas e a falta de políticas públicas a eles direcionadas, esses campeonatos são sobreviventes históricos. Trata-se, sem dúvida, de uma mescla de configurações sociais que foram profundamente estudadas pela autora e que nos apontam para o peso de algumas construções valorativas extremamente importantes para esses camponeses. Entre elas podemos citar a família enquanto estrutura, valor e unidade produtiva, bem como o *ethos* do trabalho, a liberdade e a autoexploração como construções simbólicas importantes dessa condição.

Percebidos como modernizadores das regiões para as quais foram direcionados como “colonos”, esses camponeses migrantes reproduziram a condição camponesa em diálogo com a historicidade da sociedade brasileira



e suas mazelas. Pouco valorizados, submetidos à lógica do capital e da exploração, desenvolveram mecanismos onerosos para se reproduzirem como camponeses, estabelecendo arranjos custosos e delicados, como as regras de sucessão e transmissão de patrimônio, por exemplo.

Criaram, dessa forma, os herdeiros e os deserdados, ambos igualmente importantes para a reprodução da condição camponesa.

Seyferth nos apresenta, ao longo dos anos em que realizou estudos e pesquisas empíricas com esses camponesatos, a vitalidade desse universo e a importância de estudá-lo. O vigor analítico de Seyferth, seu refinamento e riqueza conceituais e a disciplina metodológica com que trabalhou nos deixaram um legado impactante e duradouro. Com estudos efetuados desde a década de 70 do século passado, a autora nos brinda com reflexões de longo alcance, complexas e extremamente atuais. Como se reproduzirão esses camponesatos? Com quais arranjos? E nós, pesquisadores, com quais ferramentas analíticas e teórico-metodológicas poderemos tentar compreendê-los?

## REFERÊNCIAS

GRIGNON, Claude. Le paysan inclassable. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 4, p. 82-87, 1975.

FRANKLIN, S. H. *The European Peasantry. The Final Phase*. London: Methuen, 1969.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a15v1328.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 50, 1985.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica. *Revista de Antropologia USP*, São Paulo, v. 29, p. 57-71, 1986.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 103-120.

SEYFERTH, G. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico/91*, Rio de Janeiro, p. 31-63, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão nacional no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado brasileiro com a migração. *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. V. II. São Paulo: UNESP; Brasília, Nead, 2009. p. 39-63.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. *MANA*, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.

SEYFERTH, Giralda. Condição camponesa e mobilidade social no contexto da colonização estrangeira em Santa Catarina. *Cadernos CERU*, v. 23, n. 2, p. 81-102, 2012.

SEYFERTH, Giralda. Trabalho familiar, comércio e reprodução social camponesa. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). *Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 9-31.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 521-547, 2007.

# Imagens de uma trajetória intelectual

*Patricia Reinheimer*

Giralda Seyferth formou, nos últimos dez anos de sua trajetória, um grupo de amigos, colegas, ex-orientandos e alunos com o qual partilhava



eventos acadêmicos e culturais. Nesse grupo, a professora e orientadora se transformava em parceira nas pequenas viagens turístico-etnográficas que tinham como ponto de origem os diversos congressos acadêmicos que o grupo, ou parte dele, frequentava. Nessas aventuras culturais, as cidades onde os eventos eram

realizados e seus habitantes, tornavam-se lócus e sujeitos de observação, informação e diversão.

Reservada, não partilhava muito de sua vida pessoal. Essa característica se reflete em seu arquivo, acolhido pela Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ (SEMEAR)<sup>1</sup>, assim como na sucinta nota biográfica ao final

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao SEMEAR pela seção das imagens para a publicação.

desse livro. Entretanto, a afeição de seus ex-orientandos e amigos não admite fazermos uma homenagem mencionando apenas suas qualidades acadêmicas e intelectuais. Assim, desobedientemente trago para essa publicação algumas das poucas fotografias de seu acervo que não estão diretamente ou indiretamente relacionadas ao seu trabalho.



Nesse mesmo acervo, as poucas fotos não acadêmicas deixam perceber características da intelectual despojada, irônica e bem-humorada. Aparecem aí suas duas grandes paixões: as e os sobrinhos e os gatos (todos, além dos seus).

Mesmo entre as fotos mais antigas, podemos depreender o valor por ela conferido à dimensão intelectual. Foi assim que incluiu no material que formava seu arquivo acadêmico a foto do recebimento do diploma do ensino médio e outras relacionadas aos primórdios de sua trajetória acadêmica.

Giralda mencionava sempre sua formação tradicional na antropologia, vinculada aos quatro campos, o que lhe reservou um lugar especial no Museu Nacional, lecionando para alunos de arqueologia. O lugar que essa formação ocupava em suas autorrepresentações pode ser depreendido da presença nesse acervo das fotos de sua experiência de campo em arqueologia.



Ainda que pouco afeita a demonstrações abertas de afeto, era sensível e leal a seus amigos. É assim que estar presente nesse arquivo pode ser considerado um privilégio. Estão lá alguns de seus colegas do Museu Nacional, ex-alunos e pesquisadores com quem compartilhava temas e preocupações comuns.

Seu acervo evidencia o valor do registro fotográfico em seu trabalho de campo. No entanto, Giralda nunca ensaiou analisar suas próprias fotografias. Isso provavelmente tem seu fundamento no cultivo, como é comum àqueles antropólogos de sua geração, de certo desprezo pela fotografia, em detrimento do texto.

Entretanto, ela não escapou completamente da “virada da imagem” na antropologia, tendo em 2013 mostrado três fotografias de seu trabalho de campo em uma exposição no PPGAS, Museu Nacional, onde lecionava. Foi a primeira e única vez que a maioria das pessoas teve acesso a uma parte dessa produção.

As imagens revelam uma forma específica de construção da própria pesquisadora, constituindo-se como uma ferramenta teórico-metodológica dirigida por um olhar particular. Se, por um lado, seu silêncio sobre o uso da fotografia deixa lacunas quanto ao impacto que esta teve na relação entre a pesquisadora e seus sujeitos de pesquisa, por outro, sem orientações prévias de sua autora, há maior liberdade na escolha de perspectivas para analisar essa produção.

Sensível a uma dimensão identitária específica do pequeno produtor rural de origem alemã que não se enquadrava nos conceitos vigentes de campesinato ou de imigrante, fotografou tanto a ordenha do gado quanto a pequena fábrica de tecelagem; a arquitetura de enxaimel e também o pequeno aglomerado urbano; o colono-operário e o imigrante-camponês. E sugeriu alguma identidade com o grupo ao deixar-se fotografar com eles.

Muito querida por seus ex-alunos, colegas e amigos, era também respeitada por seus interlocutores. Algumas das facetas de sua personalidade e produção intelectual podem ser vislumbradas nos artigos aqui apresentados que, no entanto, não conseguem abrir mão do tom pessoal e tristeza por sua

partida. Essa personalidade aparece em todos os artigos no uso esporádico de seu primeiro nome.

As fotografias que acompanham o livro são oriundas desse acervo deixado por ela. Não há o intuito de produzir aqui uma análise de sua produção fotográfica. Assim, optamos por inserir as imagens ao longo dos textos, deixando-as como notas visuais oferecidas por sua produtora. Esperamos que apresentar mais essa faceta de sua produção seja um estímulo para que futuros pesquisadores se interessem em investigar o papel da fotografia em sua produção como mais uma forma de pensar seu lugar na história da antropologia brasileira.



# Giralda Seyferth – 1943 a 2017

## Nota Biográfica



Giralda Seyferth nasceu no dia 1º de abril de 1943, a mais velha em uma família de seis irmãos (quatro mulheres e dois homens), descendente de imigrantes belgas por parte de mãe e imigrantes alemães por parte de pai. O h de seu sobrenome, que intriga

muitos conhecedores do alemão, foi colocado por um antepassado, já no Brasil.

Graduou-se em história pela Universidade Federal de Santa Catarina (1965) e iniciou suas atividades profissionais na equipe formada pelo Prof. Oswaldo Cabral, no Instituto de Antropologia da UFSC. Realizou o mestrado em antropologia social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973) e o doutorado em ciências humanas na Universidade de São Paulo (1976). Suas principais linhas de pesquisa foram: colonização, campesinato, imigração, imigração alemã, nacionalismo e racismo.

Seu referencial empírico nas pesquisas de mestrado e doutorado foram os imigrantes alemães estabelecidos na região sul do Brasil, mas os temas abordados em seus livros e artigos vão da discussão sobre a formação do Estado Nacional, minorias e etnicidade até questões sobre campesinato, relações de poder, preconceito e racismo. Em muitos desses temas, o trabalho de Giralda Seyferth é referência obrigatória. Seu último livro publicado, *Estudos sobre a imigração alemã no Brasil* (Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2017), compila artigos publicados e inéditos de extrema significação para a área de pesquisa que aborda.

Faleceu na madrugada do dia 06/04/2017, em decorrência de um câncer.



# Giralda Seyferth – 1943 a 2017

## Bibliografia

### LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS OU EDIÇÕES

1. SEYFERTH, G. *Pensamento Social no Brasil: notas de aula*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, v. 1. 253p .
2. SEYFERTH, G.; POVOA NETO, H.; ZANINI, M. C. C. *Mundos em Movimento*. Ensaíos sobre migrações. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007, v. 1. 432p .
3. SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1999. 160p.
4. SEYFERTH, G. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990. 105p .
5. SEYFERTH, G. *Nacionalismo e Identidade Étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 223p .
6. SEYFERTH, G. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. 160p .

### CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS

1. SEYFERTH, G. Saúde, memória e identidade no âmbito da colonização estrangeira no Brasil. In: BAHIA, J.; SANTOS, M. (Orgs.). *Corpos em Trânsito*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015, p. 13-45.

2. SEYFERTH, G. Trabalho familiar, comércio e reprodução social camponesa. In: ZANINI, M. C. C. (Org.). *Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis*. São Leopoldo: Oikos/CAPES/CNPq, 2015. p. 9-31.
3. SEYFERTH, G. Colonos morigerados e estrangeiros irredutíveis. Representações contraditórias sobre os imigrantes alemães no Brasil. In: BAHIA, J.; SANTOS, M. (Orgs.). *Migrações, redes e trajetórias entre a Alemanha e o Brasil*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015. p. 9-31.
4. SEYFERTH, G. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo. In: RADÚNZ, R.; HEREDIA, Vania B. M. (Orgs.). *A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo*. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 2015. p. 34-76.
5. SEYFERTH, G. A colonização alemã em Santa Catarina: hábitos alimentares e etnicidade. In: MENASCHE, R. (Org.). *Saberes e sabores da colônia*. Alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 133-160.
6. SEYFERTH, G. Formação de identidades culturais em contextos migratórios (Capítulo 1). In: VALLE, C. G. O. do (Org.). *Etnicidade e Mediação*. São Paulo: Annablume Editora, 2015, v. 1, p. 61-86.
7. SEYFERTH, G. *Povoamento, alienígenas, eugenia e a política imigratória no Brasil (1808-1950)*. Recortes interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2014. p. 1-25.
8. SEYFERTH, G. O Estado brasileiro e a imigração. In: SANTOS, M. de O.; PETRUS, R.; POVOA NETO, M.; GOMES, C. (Orgs.). *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial / FAPERJ, 2014. p. 1-25.
9. SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.). *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais / LACED, 2014. p. 254-273.
10. SEYFERTH, G. *El Estado brasileño y la inmigración*. Poder, Políticas e inmigración en América Latina. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2014. p. 19-50.

11. SEYFERTH, G. Política imigratória, comércio e teuto-brasilidade: a mobilidade social no contexto colonial do Vale do Itajaí (SC). In: ZANINI, M. C.; POVOA NETO, H.; SANTOS, M. de O. (Orgs.). *Migrações Internacionais*. Valores, Capitais – práticas de deslocamento. Santa Maria – RS: Editora UFSM, 2013. p. 17–52.
12. SEYFERTH, G. “Minoria”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Coord.). *Antropologia e Direito*. Rio de Janeiro, Brasília: Contra Capa, LACED, Associação Brasileira de Antropologia, 2012, v. 1, p. 234–239.
13. SEYFERTH, G. Etnicidade e Política no Vale do Itajaí (SC) na Primeira República. In: RAMOS, H. H. C. da Luz; ARENDT, I. C.; WITT, M. A. (Orgs.). *A história da imigração e suas escritas* (E-book, divulgação em 2013). São Leopoldo: Oikos, FAPERGS, CAPES, 2012. p. 1408–1429.
14. SEYFERTH, G. Imigração e diferença cultural: algumas questões conceituais. In: TEDESCO, J. C.; ZANINI, M. C. C. (Orgs.). *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 19–62.
15. SEYFERTH, G. Comemoração, identidade e a memória da imigração. In: FERREIRA, A. P. et al. (Orgs.). *A experiência migrante*. Entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2010. p. 103–122.
16. SEYFERTH, G. Deutsche Einwanderung nach Brasilien. In: COSTA, S.; KOHLEHEPP, G.; NITSCHACK, H.; HARTMUT, S. (Orgs.). *Brasilien Heute: Geographischer Raum, Politik, Wirtschaft, Kultur*. Frankfurt AM Main: Vervuert Verlag, 2010. p. 739–756.
17. SEYFERTH, G. Comemoração, identidade e a memória da imigração. In: FERREIRA, A. P. et al. (Orgs.). *A experiência migrante*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2010. p. 1–15.
18. SEYFERTH, G. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. V. II: Formas Dirigidas de Constituição do Campesinato. São Paulo: Editora UNESP, 2009, v. 2, p. 39–63.
19. SEYFERTH, G. Colonização européia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC). In: GODOI, Emília Piedrafesa de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. V. I, Construções identitárias e Sociabilidades. São Paulo / Brasília: Editora UNESP / NEAD, 2009, v. 1, p. 275–295.

20. SEYFERTH, G. Estudos sobre a colonização alemã no Brasil: a contribuição de Jean Roche. In: TEDESCO, João C.; HEINSFELD, Adelar (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadores*. Aspectos da Territorialização agrária no sul do Brasil. Erechim: Habis, 2009. p. 127-162.
21. SEYFERTH, G. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, N. T.; MIRANDA DE SÁ, D. (Orgs.). *Antropologia Brasileira*. Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora da UFMG; Ed. FIOCRUZ, 2008. p. 147-177.
22. SEYFERTH, G. A imigração no sul do Brasil: identidade e alteridade. In: DREHER, M. N.; KUNZ, J. A.; MUGGE, M. H. (Orgs.). *Imigração e Relações Interétnicas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
23. SEYFERTH, G. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o Vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República. In: CUNHA, O. G.; GOMES, F. S. (Orgs.). *Quase cidadão*. Histórias e Antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2007. p. 79-118.
24. SEYFERTH, G. A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambigüidade e alotropia na idéia de nação. In: BASTOS, C.; VALE DE ALMEIDA, M.; FELDMAN-BIANCO, B. (Orgs.). *Trânsitos Coloniais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 269-331.
25. SEYFERTH, G. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH, Giralda et al. (Orgs.). *Mundos em Movimento*. Ensaios sobre migrações. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007. p. 15-44.
26. SEYFERTH, G. Etnia, nação e raça: considerações sobre as relações conflituosas entre teutos e luso-brasileiros. In: HEIDEMANN, H. D.; SILVA, S. A. da (Orgs.). *Simpósio Internacional*. Migração: nação lugar e dinâmicas territoriais. Coletânea de textos. São Paulo: Associação Editorial Humanistas/USP, 2007. p. 103-114.
27. SEYFERTH, G. *A noção de raça no Brasil*: ambigüidade e preceitos classificatórios. Por que raça? Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia. Santa Maria: Ed. da UFMS, 2007. p. 101-129.
28. SEYFERTH, G. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: DEMARTINI, Zeila de B. F.; TRUZZI, O. (Orgs.). *Estudos migratórios*. Perspectivas metodológicas. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. p. 13-52.

29. SEYFERTH, G. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: POVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares*. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Ed. Revan / FAPERJ, 2005. p. 17-34.
30. SEYFERTH, G. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005. p. 27-46.
31. SEYFERTH, G. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: POVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares*. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Ed. Revan/FAPERJ, 2005. p. 17-34.
32. SEYFERTH, G. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa – ABA, 2004. p. 93-116.
33. SEYFERTH, G. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). *Significados da Terra*. Brasília: Ed. UnB, 2004. p. 69-150.
34. SEYFERTH, G. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, E. F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Ed. UnB, 2004. p. 69-150.
35. SEYFERTH, G. O papel do financiamento, da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa – Associação Brasileira de Antropologia, 2004. p. 93-116.
36. SEYFERTH, G. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide (Org.). *Etnia e Educação*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Ed. UNISUL, 2003. p. 21-61.
37. SEYFERTH, G. Nacionalismo e imigração no pensamento de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *Gilberto Freyre em Quatro Tempos*. Bauru: EDUSC/Ed. UNESP/FAPESP, 2003. p. 155-180.
38. SEYFERTH, G. Estudo sobre reelaboração da identidade étnica. In: SCOTT, Parry; ZARUR, George (Orgs.). *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Ed. Universitáda da UFPE, 2003. p. 147-183.
39. SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: VV AA (Orgs.). *Racismo no Brasil*. Peirópolis: ABONG – ANPED, 2002. p. 17-43.

40. SEYFERTH, G. A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambiguidade e alotropia na idéia de nação. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. do Valle; FELDMAN-BIANCO, B. (Orgs.). *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002. p. 251-289.
41. SEYFERTH, G. Colonização e Política Imigratória no Brasil Imperial. In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (Orgs.). *Políticas Migratórias*. São Paulo: Ed. Sumaré; EDUFSCAR; FAPESP, 2002. p. 79-110.
42. SEYFERTH, G. Ethnic Identities in Brazil. In: STERLING, S.; SICHEL, B.; PEDROSO, F. E. (Orgs.). *Virgin Territory: women, gender and history in contemporary Brazilian art*. Washington: National Museum of Women in the Arts, 2001. p. 130-139.
43. SEYFERTH, G. Imigração e Nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, M.G. (Org.). *Migrações Internacionais. Contribuições para Políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 137-150.
44. SEYFERTH, G. Imigração alemã no Rio de Janeiro. In: CASTRO GOMES, A. de (Orgs.). *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2000. p. 11-43.
45. SEYFERTH, G. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, G. de C. Leite (Org.). *Região e Tradição na América Latina*. Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 81-109.
46. SEYFERTH, G. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 273-313.
47. SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.
48. SEYFERTH, G. Colonização e Conflito. In: SANTOS, José V. Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.
49. SEYFERTH, G. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Etnia e Nação na América Latina*. Washington: Secretaria Geral da OEA – Organização dos Estados Americanos, 1996, v. II, p. 17-36.

50. SEYFERTH, G. Pluralismo, etnia e representação política. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1996. p. 103-125.
51. SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; VENTURA SANTOS, Ricardo (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 41-58.
52. SEYFERTH, G. Etnicidade, pluralismo e a imigração no Brasil. In: REICHEL, He-loisa; GUTFREIND, Ieda (Orgs.). *America Platina e Historiografia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996. p. 99-127.
53. SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva história. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 11-28.
54. SEYFERTH, G. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. In: CARVALHO, M. R. G. de (Org.). *Identidade étnica, mobilização política e cidadania*. Salvador: OEA-UFBA, EGBA, 1989. p. 93-123.
55. SEYFERTH, G. *Ethnisch Kulturelle Pragungen*. In: BRAKEMEIER, G. (Org.). *Glaube in Teilen Bewahrt*. Erlangen: Verlag der Ev. Luth Mission, 1989. p. 30-47.
56. SEYFERTH, G. Peculiaridades étnico-culturais da população brasileira. In: BRAKEMEIER, G. (Org.). *Presença Luterana*. São Leopoldo: Sinodal, 1989. p. 21-32.
57. SEYFERTH, G. As Ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial. In: SILVA, J. da; BIRMAN, P.; WANDERLEY, R. (Orgs.). *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1989. p. 11-31.
58. SEYFERTH, G. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí. In: LEITE LOPES, J. S. (Org.). *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1987. p. 103-120.

#### ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

1. SEYFERTH, G. The slave plantation and foreign colonization in Imperial Brazil. *Review*. Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations, v. XXXIV, p. 339-387, 2014.

2. SEYFERTH, G. The diverse understandings of foreign migration to the South of Brazil (1818-1950). *Vibrant, Florianópolis*, v. 10, p. 118-162, 2013.
3. SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. *Mana (UFRJ. Impresso)*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 395-417, 2011.
4. SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 26, p. 47-62, 2011.
5. SEYFERTH, G. O futuro era branco. *Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 6, p. 62-67, 2011.
6. SEYFERTH, G. O Vale do Itajaí e a política imigratória do Império. *Blumenau em Cadernos*, v. 48, p. 57-82, 2007.
7. SEYFERTH, G. Os teutos-brasileiros e a integração cívica: observações sobre a problemática convivência do Deutschtum com o nacionalismo brasileiro. *Jahrbuch. Institut Martius-Staden*, v. 53, p. 117-156, 2006.
8. SEYFERTH, G. Imigração, preconceitos e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos. *Travessia, São Paulo*, v. 51, p. 5-15, 2005.
9. SEYFERTH, G. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 57, p. 7-47, 2004.
10. SEYFERTH, G. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, p. 149-197, 2004.
11. SEYFERTH, G. Estudo sobre a reelaboração e segmentação da identidade étnica. *Cadernos CERU (FFLCH/USP)*, São Paulo, v. 2, n.13, p. 9-37, 2002.
12. SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 53, p. 117-149, 2002.
13. SEYFERTH, G. Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro. *Cadernos Penesb, Niterói*, v. 4, p. 13-32, 2002.
14. SEYFERTH, G. Resenha Crítica: Feldman-Bianco, B. E Capinha, G. (Orgs.) *Identities. Estudos de Cultura e Poder*. (São Paulo, Hucite). *Mana - Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 174-177, 2001.

15. SEYFERTH, G. Assimilação dos Imigrantes no Brasil: Inconstâncias de um Conceito Problemático. *Travessia*, São Paulo, v. 36, p. 44-50, 2000.
16. SEYFERTH, G. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 143-176, 2000.
17. SEYFERTH, G. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil. *Travessia*, São Paulo, v. 34, p. 24-30, 1999.
18. SEYFERTH, G. Resenha do livro de Oracy Nogueira – Preconceito de Marca. As relações raciais em Itapetininga. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1999.
19. SEYFERTH, G. Etnografia de um sistema lógico: a lavoura camponesa dos sitiantes de Sergipe. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 97, 1999.
20. SEYFERTH, G. Etnicidade, Política e Ascensão Social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1999.
21. SEYFERTH, G. Alguñas consideraciones sobre identidades étnicas y racismo en Brasil. *Revista de Cultura Brasileña, Espanha*, v. 1, p. 69-84, 1998.
22. SEYFERTH, G. German immigration and the formation of German-Brazilian Ethnicity. *Anthropological Journal on European Cultures*, Londres, v. 7, n. 2, p. 131-154, 1998.
23. SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana – estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.
24. SEYFERTH, G. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 29-58, 1996.
25. SEYFERTH, G. La Inmigración alemana y la política brasileña de colonización. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, Buenos Aires, Argentina, v. 10, n.29, p. 53-75, 1995.
26. SEYFERTH, G. Racismo e Identidade Nacional: paradoxos e utopias. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 109, p. 41-44, 1995.
27. SEYFERTH, G. Identidade, Território, Pertencimento. *Psicologia e Práticas Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-72, 1995.
28. SEYFERTH, G. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 93, p. 175-203, 1995.

29. SEYFERTH, G. O incidente do Panther (Itajaí/SC, 1905). *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 15-80, 1994.
30. SEYFERTH, G. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 103-122, 1994.
31. SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 91, p. 31-63, 1993.
32. SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: Análise de Representações sobre a Identidade Camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.
33. SEYFERTH, G. A Liga pangermânica e o Perigo Alemão no Brasil: Análise sobre dois Discursos Étnicos Irredutíveis. *História. Questões e Debates*, Curitiba, v. 5, n. 18/19, p. 113-156, 1992.
34. SEYFERTH, G. Trabalho assalariado, trabalho artesanal e campesinato. *Antropologia Social Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 127-145, 1992.
35. SEYFERTH, G. Os Paradoxos da Miscigenação: Observações sobre o Tema Imigração e Raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 165-185, 1991.
36. SEYFERTH, G. Imigração e Colonização Alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 3-55, 1988.
37. SEYFERTH, G. Imigração, Colonização e Identidade Étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 29, p. 57-71, 1987.
38. SEYFERTH, G. A Estratégia do Branqueamento. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 25, p. 54-57, 1986.
39. SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional. Zoologia*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 1-27, 1985.
40. SEYFERTH, G. A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 30, p. 81-98, 1985.

41. SEYFERTH, G. Camponeses ou Operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 73-96, 1984.
42. SEYFERTH, G. Etnicidade e Cidadania: algumas considerações sobre bases étnicas de mobilização política. *Boletim do Museu Nacional. Zoologia*, Rio de Janeiro, v. 42, p. 1-16, 1983.
43. SEYFERTH, G. A Representação do 'Trabalho Alemão' na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional. Zoologia*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 1-33, 1982.
44. SEYFERTH, G.; KNEIP, L. M.; MONTEIRO, A. M. F. A Aldeia Pré-histórica de Três Vendas, Araruama, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 27, p. 283-338, 1980.
45. SEYFERTH, G. O Nazismo e a Imprensa Teuto-brasileira no Vale do Itajaí. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 26, p. 267-284, 1979.
46. SEYFERTH, G. Identidade étnica numa comunidade teuto-brasileira do Vale do Itajaí. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 82, p. 59-82, 1977.
47. SEYFERTH, G.; ALVIM, M. C. M. E. O fêmur na população do Sambaqui de Cabeçuda (Laguna, Estado de Santa Catarina) – estudo morfológico e comparativo. *Boletim do Museu Nacional. Zoologia*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-14, 1971.
48. SEYFERTH, G.; ALVIM, M. C. M. Estudo morfológico do úmero na população do Sambaqui de Cabeçuda. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, p. 119-126, 1971.
49. SEYFERTH, G. Contribuição de alguns pesquisadores alemães para a etnografia do Alto Xingu. *Delfos*, Rio de Janeiro, v. 7/8, p. 57-60, 1968.

## Sobre as autoras e o autor

### **Regina Weber**

Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Campinas (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Entre suas publicações destacam-se *Os operários e a Colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil* (Editora da Unijuí) e *Os Rapazes da RS-030* (Editora da UFRGS), e artigos publicados em periódicos acadêmicos. Tem experiência de pesquisa nas temáticas de identidade étnica, cultura operária, (i)migrações, industrialização e história oral. Foi coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História, editora da revista Anos 90 e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História. Atualmente é co-editora da revista História Oral, da ABHO, e membro da diretoria da Associação Brasileira de História Oral. É mãe de Albertine e esteve em licença maternidade em 1998. **Orientanda de Giralda Seyferth de 1990 a 1996.**

### **Joana Bahia**

Professora do Programa de Pós-Graduação e História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), mestrado em Sociologia e

Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional /PPGAS (2000). É coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Identidades, representações e migrações na UERJ e pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) do IPPUR/UFRJ, coordenado pelo Prof. Dr. Helion Povoá Neto. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase nos seguintes temas: identidade étnica, minorias étnicas e estado nacional, migrações e religiosidades e transnacionalização religiosa. Realizou entre março de 2011 e março de 2012 estágio pós doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa sob a supervisão da Profa. Dra. Cristiana Bastos, desenvolvendo pesquisa sobre o tema migrações e a expansão das religiosidades afro brasileiras na Alemanha e em Portugal. **Orientanda de Giralda Seyferth de 1995 a 2000.**

### **Thaddeus Blanchette**

Possui graduação em Português (University of Wisconsin-Madison, 1997), graduação em Sociologia (University of Wisconsin-Madison, 1997), graduação em Latin American Studies (University of Wisconsin-Madison, 1997), mestrado em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente, professor de Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em etnicidade, indigenismo, desenvolvimento e relações de gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: Rio de Janeiro, gringos, imigração, turismo sexual, prostituição, administração indígena, desenvolvimento, História dos EUA e História do Brasil. **Orientando de Giralda Seyferth de 1999 a 2006.**

## **Miriam Santos**

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1984), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Realizou, de setembro de 2006 até setembro de 2007, um estágio pós-doutoral no CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e professora associada do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e de Geografia da mesma universidade. Tem experiência nas áreas de Antropologia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: imigração, identidade, socialização, campesinato e gênero. **Orientanda de Giralda Seyferth de 2000 a 2004.**

## **Patricia Reinheimer**

Professora de Antropologia Social do curso de Ciências Sociais da UFRRJ, é formada em Licenciatura em Artes Plásticas, com mestrado e doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional. A autora tem se dedicado a investigar os processos sociais por trás de objetos relacionados, de uma ou outra forma, com a dimensão artística. No mestrado investigou um projeto de intervenção do Museu de Arte Contemporânea de Niterói e as implicações desse projeto nas identidades sociais dos participantes. No doutorado, trabalhou as transformações axiológicas que se formaram a partir de certos movimentos artísticos brasileiros. Trabalhou em um projeto de extensão realizado nas instituições substitutivas da Reforma Psiquiátrica a partir do qual observou as transformações de estatuto entre os participantes do projeto, mediadas pelos objetos artesanais produzidos nas oficinas de arte. Atualmente, tem se dedicado à organização de um acervo, reconstituição

das trajetórias dos acumuladores originais e investigação do papel das coisas colecionadas na conformação de subjetividades e coletividades através de estilos de vida e produção e consumo cultural. **Orientanda de Giralda Seyferth de 2004 a 2008.**

### **Maria Catarina Chitolina Zanini**

Possui graduação em Curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS (1987), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília- UnB (1997), doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo - USP (2002) e Pós-Doutorado pelo Museu Nacional (MN-UFRJ) (2008). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em História. Coordenadora do NECON/UFSM (Núcleo de Estudos Contemporâneos). Membro do Comitê de Iniciação Científica e de Inovação Tecnológica da UFSM. Tem experiência na área de Antropologia, trabalhando principalmente com as seguintes temáticas: migrações, teoria antropológica, campesinato e etnicidade. Pesquisadora Associada do NIEM-UFRJ (Núcleo de Estudos Migratórios). Pesquisadora associada ao Instituto Histórico de São Leopoldo. Membro do Migraidh-UFSM. Pesquisadora PQ 2/CNPq. **Fez um estágio pós-doutoral supervisionado por Giralda Seyferth de 2007 a 2008.**

Pesquisadora exemplar, e intelectual de formação ampla e densa, tanto quanto de atuação discreta, reservada e independente, Giralda Seyferth trabalhou, pesquisou e escreveu de modo incessante, deixando um legado analítico de rara densidade. A bela e justa homenagem prestada por amigos e ex-orientandos de Giralda Seyferth com o presente livro, dá a público informações e leituras importantíssimas sobre uma trajetória intelectual de primeira grandeza, brilho próprio e contribuições singulares para os estudos de diversos temas caros à pesquisa antropológica e histórica no Brasil.

